



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Seção II

ANO XXXVI — Nº 038

TERÇA-FEIRA, 5 DE MAIO DE 1981

BRASÍLIA — DF

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 — ATA DA 52ª SESSÃO, EM 4 DE MAIO DE 1981

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Comunicação

— De Presidente de comissão mista, solicitando prorrogação de prazo para apresentação de seu parecer sobre matéria que menciona. Deferida.

1.2.2 — Discursos do Expediente

SENADOR ALMIR PINTO — Esclarecimentos sobre estudos desenvolvidos pelo Centro Tecnológico Aeroespacial — CTA com respeito à situação climática do Nordeste.

SENADOR ROBERTO SATURNINO, como Líder — Explosão de bombas ocorrida no Riocentro, na Cidade do Rio de Janeiro.

SENADOR NILO COELHO, como Líder — Apreciações sobre o tema do pronunciamento de seu antecessor na tribuna.

SENADOR MAURO BENEVIDES — Falecimento do Dr. Egberto de Paula Rodrigues.

1.3 — ORDEM DO DIA

— Projeto de Lei do Senado nº 70/80, do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências. **Apreciação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 303/79 — DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 305/77 — Complementar, do Senador Itamar Franco, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional). (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 196/79 — Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 172/80, que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 177/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 178/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 179/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 180/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Araripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 181/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 182/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 183/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 184/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Dueré (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 189/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 194/80, que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 201/80, que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinada a financiar programas do Estado. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 1/81, que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento agropecuário do Estado. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Resolução nº 21/81, que autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo exter-

no, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a financiar o programa de investimentos urbanos. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 351/79, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de engenheiros e arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências. **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 49/79, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o artigo 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 — e determina outras providências. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 357/79, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios. (Apreciação preliminar da juridicidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 142/80, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 146/80, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário. (Apreciação preliminar da constitucionalidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

— Projeto de Lei do Senado nº 163/80, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons. (Apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade.) **Votação adiada por falta de quorum.**

1.4 — DESIGNAÇÃO DA ORDEM DO DIA DA PRÓXIMA SESSÃO. ENCERRAMENTO.

2 — DISCURSOS PROFERIDOS EM SESSÕES ANTERIORES

— Do Sr. Evandro Carreira, pronunciado na sessão de 9-4-81.

— Do Sr. Lázaro Barboza, pronunciado na sessão de 29-4-81.

— Do Sr. Humberto Lucena, pronunciado na sessão de 30-4-81.

3 — SECRETARIA-GERAL DA MESA

Resenha das matérias apreciadas de 1 a 30 de abril de 1981.

4 — MESA DIRETORA

5 — LÍDERES E VICE-LÍDERES DE BLOCOS PARLAMENTARES

ATA DA 52ª SESSÃO, EM 4 DE MAIO DE 1981

3ª Sessão Legislativa Ordinária, da 46ª Legislatura

PRESIDÊNCIA DO SR. PASSOS PÔRTO

ÀS 14 HORAS E 30 MINUTOS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS. SENADORES:

Eunice Michiles — Raimundo Parente — Jarbas Passarinho — Alexandre Costa — Alberto Silva — Bernardino Viana — Helvídio Nunes — Almir Pinto — Mauro Benevides — Agenor Maria — Martins Filho — Cunha Lima — Humberto Lucena — Milton Cabral — Aderbal Jurema — Marcos Freire — Nilo Coelho — Luiz Cavalcante — Teotônio Vilela — Lourival Baptista — Passos Pôrto — Lomanto Júnior — Dirceu Cardoso — João Calmon — Moacyr Dalla — Amaral Peixoto — Roberto Saturnino — Itamar Franco — Henrique Santillo — Benedito Canelas — Vicente Vuolo — José Richa — Tarso Dutra.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — A lista de presença acusa o comparecimento de 33 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sobre a mesa, comunicação que será lida pelo Sr. 1º-Secretário.

É lida e deferida a seguinte

Em 4 de maio de 1981.

Senhor Presidente:

Na qualidade de Presidente eventual, da Comissão Mista, incumbida de examinar e emitir parecer sobre a Mensagem nº 23, de 1981, do Senhor Presidente da República, submetendo à deliberação do Congresso Nacional o texto do Decreto-lei nº 1.824, de 22 de dezembro de 1980, que "altera disposições da Lei nº 5.787, de 27 de junho de 1972, modificada pelo Decreto-lei nº 1.693, de 30 de agosto de 1979, extingue a gratificação e dá outras providências", solicito a Vossa Excelência, nos termos do § 2º do art. 137 do Regimento Interno do Senado Federal, a prorrogação por 5 (cinco) dias do prazo — que se encerra hoje dia 4 de maio do corrente ano — concedido a este Órgão para apresentação do parecer.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os protestos de estima e elevada consideração. — Passos Pôrto, Presidente eventual.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — O Sr. Senador Itamar Franco encaminhou à Mesa requerimento de informações. Nos termos regimentais, a matéria será encaminhada ao exame da Presidência.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Pinto.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao me ausentar do País, como representante desta Casa, integrando a delegação do Parlamento brasileiro em Manila, Filipinas, uma preocupação

passava a assaltar-me o espírito: não com o que iria por lá encontrar, mas o que iria deixar: um espectro de uma estiagem no Nordeste, à maneira do que aconteceu em 1980, em que, após quarenta e quatro dias de chuvas copiosas, instalava-se um veranico, que levou o desalento aos agricultores nordestinos, que viram todo o seu trabalho a esperança de uma boa safra esboroarem-se, tal a inclemência da avassaladora estiagem. Seria repetir mais uma vez o que aconteceu no ano que passou: a agricultura arrasada e a pecuária deprimida.

As esperanças voltavam-se para o novo ano de 1981, que se iniciou com o céu sisudo, aumentando as apreensões dos governantes do Nordeste e, por que não dizer também, dos governados, que, sobrevivendo a duas catástrofes seguidas, não tinham como suportar a uma terceira, pelo completo desfalecimento da economia regional.

O temor maior era a seca que avassalaria as populações pela ausência do precioso líquido, que fugira do subsolo e só nos grandes açudes seria encontrado, porque não favorecia às populações deles distantes.

Diante do quadro tão dantesco, Deus se apiedou da gente nordestina e a partir de 9 de março as chuvas passaram a cair desordenadas e, em certas, regiões, causando prejuízos por inundações mas, que na verdade, afastou o perigo que a falta d'água causaria à população.

Os campos, do agreste, passaram a verdejantes; a pecuária salvara-se da total dizimação, mas o plantio de feijão, arroz e milho precisariam germinar e florescer para que fosse proporcionada uma colheita satisfatória de gêneros alimentícios, para melhorar a alimentação da desnutrida população sertaneja que, sem recursos, se debate para sobreviver.

Ao deixar o Brasil, já fazia uma semana que não chovia no Nordeste. Por onde estive obtinha nas Embaixadas a desoladora notícia de que continuava sem chuva a região nordestina, tudo fazendo crer na repetição do trágico veranico que a tudo destruiu em 1980. Chegando aqui à Pátria e lendo os jornais do meu Estado, o Ceará, alvissareiras notícias de chuvas são registradas, mais na região litorânea, se bem que, algumas precipitações pluviométricas se fizeram sentir em algumas cidades da hinterlândia o que poderá favorecer à revitalização das culturas.

Processo de chuvas artificiais, a cargo da FUNCEME, mantida pelo Governo do Estado do Ceará tem logrado bons resultados no que tange à nucleação de nuvens carregadas, provocando as chamadas chuvas artificiais.

Para maior eficiência de um trabalho anônimo, de denodados brasileiros, o Governo Federal despertou para a realidade de como minimizar o problema das secas do Nordeste. A Fundação de Chuvas Artificiais, no Ceará, é pioneira neste setor de relevante importância para a ecologia nordestina. Apoiada pelo Centro Aeroespacial, de São José dos Campos, dar-se à integração científica a um processo válido, visando os estudos atmosféricos sobre o clima e a realidade pluviométrica do Nordeste.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE) — Com muito prazer.

O Sr. Mauro Benevides (PMDB — CE) — Nobre Senador Almir Pinto, desejo também partilhar das apreensões de V. Ex^a no que diz respeito à diversidade climática na nossa Região, que em muitos municípios continua a experimentar a carência de chuvas, depois daquela temporada quase invernal que nos trouxe alento e esperança. Realmente o que V. Ex^a focaliza agora, o trabalho executado pela FUNCEME, esse trabalho deveria realmente receber todo o estímulo, todo o apoio, toda ajuda e colaboração; mas se tivéssemos levado em conta aquele prognóstico que tanto nos preocupou, a nós da Comissão de Assuntos Regionais, do Centro Tecnológico de São José dos Campos, certamente que nós teríamos reduzido sensivelmente os efeitos do flagelo naquela área do território brasileiro. Queira Deus que a FUNCEME possa realmente receber o estímulo, a ajuda, a orientação técnica do CTA e exercer um trabalho de nucleação artificial que possa beneficiar de fato a região nordestina.

O SR. ALMIR PINTO (PDS — CE) — Agradeço o aparte de V. Ex^a e como participante que fomos de um congresso internacional, lá, por onde passamos, tivemos essa preocupação de uma ligação quase que permanente com a nossa gente, para sabermos como as coisas ocorriam no Nordeste brasileiro onde, como já o disse neste meu modesto pronunciamento, as notícias eram desagradáveis e preocupantes para todos nós.

O jornal *O Povo* de Fortaleza, na sua edição de ontem, 3 de maio, traz um artigo bem lançado, intitulado: "Nucleação: um projeto de custos reduzidos." Peço permissão para fazer a leitura do mesmo, para que fique registrada nos Anais do Senado, a apreciação do jornalista cearense que vem confirmar o que tenho afirmado neste plenário, sobre o importante órgão de estudos espaciais de São José dos Campos que, uma vez tecnicamente aparelhado, em muito contribuirá para uma regularização climática do Nordeste.

O jornal *O Povo*, Sr. Presidente, traz o seguinte artigo:

"NUCLEAÇÃO: UM PROJETO DE CUSTOS REDUZIDOS"

De tão recente, todos estão lembrados, por certo, das previsões dos técnicos do CTA — Centro Tecnológico Aeroespacial, vaticinando para o Nordeste um longo período de chuvas escassas, provavelmente até 1985. Pois foi exatamente nessa oportunidade que a SUDENE, preocupada com a grave crise climática que se anunciava, pleiteou àquele órgão a elaboração de um plano de chuvas artificiais, através de nucleação hidroscópica.

Acrescente-se que, já então, se encontrava em andamento, em Petrolina (Pernambuco) e Juazeiro (da Bahia), o Projeto Modart que, embora apresentando bom rendimento, não estava ainda concluído e, portanto, não podia apresentar garantia de sucesso ou mesmo viabilidade. Na verdade, somente depois de julho do ano em curso (decorridos cinco anos de pesquisas), será possível uma correta avaliação do sucesso e validade, ou não, da tecnologia desenvolvida.

Todavia, apesar do modo discreto, quase anônimo, como se comporta o CTA, sabe-se agora que os seus experimentos com nucleação hidroscópica alcançaram um elevado índice de aproveitamento, porquanto, "em média, de 85 a 91 por cento das nuvens nucleadas registraram provocação satisfatória de chuvas artificiais". Deste modo, reconhecendo a gravidade da situação, o Centro resolveu correr o risco, isto é, elaborou o plano operacional que, por sinal, deverá ser posto em execução o mais rapidamente possível.

No essencial, o que se pretende é dar atendimento a todo o Polígono das Secas, aumentando a capacidade de precipitação pluviométrica, significando, conseqüentemente, que a SUDENE, CTA e FUNCEME resolveram, em boa hora, desenvolver uma política comum, cujo objetivo maior é coordenar e desenvolver uma ação permanente no campo da nucleação hidroscópica, com vistas a minorar os efeitos das crises climáticas, particularmente no Nordeste.

O novo projeto contará, numa primeira etapa, com cinco núcleos, além do já existente em Petrolina e que atuará como órgão de coordenação. Cada núcleo foi planejado para cobrir uma extensão de 190 quilômetros, mas os cálculos de atendimento global envolvem todos os núcleos, isto é, uma área de mais de 950 quilômetros, além do atendimento de outras regiões, por solicitação da SUDENE.

De acordo com o convênio assinado entre a FUNCEME e o CTA, o projeto de nucleação contará com dois aviões Bandeirantes, mas a SUDENE promete outro, enquanto o DNOCS e o BNB garantem seguir-lhe o exemplo. O ideal, contudo, é que cada núcleo

conte com o seu próprio avião, num total de seis aparelhos, levando-se em conta, ademais, a necessidade de aumentar esse número para 9, uma vez que está prevista a criação de mais três núcleos, numa segunda etapa, beneficiando regiões do Piauí, Minas e Bahia.

Os processos de nucleação, como se constata, exigem, na sua forma atual, um investimento, com aviões, de pouco mais de 900 milhões de cruzeiros, o que representa uma insignificância, quando se sabe, por exemplo, que somente três grandes projetos — o Sertão, o de Irrigação e o POLONORDESTE — totalizam, para 1981, investimentos da ordem de 460 bilhões."

Li este artigo do jornal *O Povo*, Sr. Presidente e Srs. Senadores, porque da tribuna desta Casa, não só o orador que neste momento lhes fala, como outros companheiros nordestinos, todos fizemos menção à visita que uma comissão desta Casa fez ao Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos. E, naquela oportunidade, os técnicos não pediam mais do que 189 milhões de cruzeiros, para 1980 e, para 1981, 89 milhões de cruzeiros, a fim de aparelharem-se com as estações necessárias, pois apenas contavam com a de Petrolina, e desejavam colocar outras que, para gáudio de todos nós, pareciam prontas a entrar em funcionamento, facilitando no que for possível os trabalhos científicos do Centro Técnico Aeroespacial de São José dos Campos.

Ainda, o próprio jornal *O Povo*, de Fortaleza, hoje chegado às minhas mãos, traz uma longa entrevista concedida a um jornalista daquele órgão, que integrou uma comitiva do Ceará, formada pelo Presidente da FUNCEME e pelo Deputado Estadual Nogueira Diógenes que é um estudioso do problema ecológico nordestino, da visita que fizeram ao CTA, onde se lê uma revelação muito interessante, porque muita gente condenava a atitude do CTA por ter dado aquela notícia dramática e preocupante de nada menos 5 anos de estiagem no Nordeste.

Na verdade, o CTA não deu qualquer notícia. O CTA preparou um documento sigiloso, Sr. Presidente e Srs. Senadores, e encaminhou aos governadores dos Estados e aos Ministros de Estado. Agora, a verdade é que uma revista da terra do nobre Senador Cunha Lima, Revista da Paraíba, conseguiu dados e vazou a notícia que tanta preocupação tem trazido a área nordestina. Na verdade, era um documento que tinha o carimbo de "Sigiloso" e confidencial, justamente porque não desejava o CTA trazer qualquer inquietação as sofridas populações do semi-árido. Mas os dados que ele fornecia estão todos aqui, e que passo a ler:

"DEFININDO SECA"

Envolvido pela vegetação que lhe dá um toque bucólico, o Centro Tecnológico Aeroespacial — o famoso CTA de São José dos Campos, São Paulo — agrega em seus muitos organismos de pesquisas e estudos alguns dos maiores, senão os maiores, cientistas do País. Uma aura de prestígio, evidentemente, justificável, atinge cada um dos membros dessa grande comunidade científica. No entanto a modéstia e o arraigado compromisso com a busca da verdade científica, de todos esses homens, contrastam com a imagem de gênios que deles se tem aqui fora. Com muita simplicidade e imensa fidelidade, eles receberam no tranqüilo ambiente de estudos do seus institutos, uma comitiva cearense, à frente o presidente da Fundação Cearense de Meteorologia, Sr. Paulo Benevides e o presidente da Comissão de Economia da Assembléia legislativa do Estado, Deputado Nogueira Diógenes, que se propunha a conhecer em detalhes não apenas o trabalho dos professores Girardi e Teixeira, que prognostica um longo período de invernos irregulares ou secas para o Nordeste, como em especial, os projetos elaborados para enfrentar e provavelmente vencer, os seculares problemas climatológicos do Nordeste. Da comitiva fazia parte o repórter do *O Povo* que assina estas linhas. Com a preocupação jornalística de bem informar, sem contudo fazer sensacionalismo sobre assunto de tamanha importância, indagamos primeiramente do professor Rodolpho Paes Leme Ramos, coordenador do Projeto Modart, e depois do professor Carlos Girardi, um dos responsáveis pela pesquisa que culminou com o prognóstico do longo período de chuvas escassas, se o Nordeste estava diante, novamente, de uma seca. Há cerca de 20 dias não chove no Ceará. Poder-se-ia proclamar que o Estado e o Nordeste estão vivendo uma nova seca? ou ainda há possibilidade de novas chuvas neste final de abril e nos meses de maio e junho, o que salvaria praticamente toda a lavoura replantada a partir das chuvas de março? perguntamos-lhes:

— Deve ser um ano seco. Não obrigatoriamente uma seca, diz-nos o professor Rodolpho Paes Leme. E acrescenta, procurando definir o que é seca: "Podê até haver chuva ainda. Mas seca é toda

aquela chuva que cai fora de época. Que não serve para a agricultura”.

Não difere, de modo algum, o pensamento do prof. Girardi, que é contudo, ainda mais incisivo: Não haverá mais inverno. As chuvas foram aquelas. Agora, é a estiagem conforme está previsto por nossos trabalhos de exaustiva pesquisa”.

O Documento que foi confidencial

Os trabalhos de Girardi e Teixeira para o Instituto de Atividades Especiais, órgão do CTA, nem estava concluído. Mas, o desejo de prestar colaboração aos governos regionais levou o Instituto remeter cópias, em caráter confidencial, aos governadores e a outras autoridades responsáveis, como o Ministro do Interior. Uma revista paraibana conseguiu porém, penetrar no segredo e deu-lhe a divulgação indesejada por seus autores e por todo o CTA. Daí em diante em meio a muitas controvérsias, o prognóstico dos chamados sete anos de seca do Nordeste passou a ser assunto polêmico e apaixonante, provocando inclusive algumas críticas ao posicionamento dos técnicos e cientistas do CTA.

O que é este documento, não mais confidencial?

“O Polígono das Secas (está na sua introdução) situado na região Nordeste brasileira, tem grandes probabilidades de sofrer acentuado período de secas nos próximos anos.

Na fase de preparação dos totais anuais da pluviosidade da cidade de Fortaleza. Ce, correspondentes a 129 anos (18-9-1977), chegamos a essa conclusão, um tanto sombria para essa área brasileira.

Embora nosso objetivo principal seja o equacionamento do problema da variabilidade das chuvas no Nordeste, não nos poderíamos furtar de divulgar este resultado preliminar, em razão da urgência e das conseqüências que advirão. Esse inesperado prognóstico baseia-se em ciclos, que provavelmente serão os precursores para a formulação matemática do fenômeno em um futuro próximo.

Como poderá ser observado nos gráficos, essa previsão é fortemente probabilística e evidencia uma tendência que não deve ser rejeitada, levando-se em conta que essa calamidade climática afetará grande porção da população brasileira.”

Sr. Presidente, são estes dois documentos que achei por bem recortar e trazer para leitura nesta Casa, com o propósito de esclarecimento dos estudos que vêm sendo feitos pelo Centro Aeroespacial de São José dos Campos e que não teve o intuito, em absoluto, de trazer a dramaticidade, a angústia e a aflição ao povo nordestino. O que ele fez e está fazendo são estudos científicos, probabilísticos, dos quais não deveremos duvidar porque estamos marchando para o terceiro ano de estiagem, já que 79 e 80 foram positivos, dentro das previsões do CTA.

E como bem diz o Dr. Girardi, a seca não é propriamente a falta de chuva, é chover fora de tempo, quando não mais vai servir para a agricultura.

Com esse convênio do CTA com a SUDENE, e a FUCEME, em Fortaleza, no Ceará, acredito que a situação melhorará bastante porque passaremos a um combate científico e racional, quanto ao problema de estiagem no Nordeste.

Quando eu enfatizo aqui a questão dos custos, Sr. Presidente, Srs. Senadores, é porque o que o CTA pede é uma gota d'água em relação aos gastos com a estiagem no Nordeste, onde só nos dois anos, 79 e 80, foram gastos nada menos de 32 bilhões de cruzeiros; quando agora, com a necessária aquisição de 3 ou 4 aviões Bandeirantes para o serviço de nucleação, não ultrapassarão as despesas a 1 bilhão e 800 mil cruzeiros.

Chegou-se a traçar um paralelo de despesas com assistência à calamidade e a mínima parcela de meios que o CTA pedia, no decorrer de dois exercícios financeiros não alcançava a soma de 300 milhões de cruzeiros.

Agora, vemos o empenho dos setores da área estatal empenhados no atendimento a todo Polígono das Secas uma vez que, em boa hora, foi entendida a necessidade de aumentar a capacidade de precipitação pluviométrica na região, com a SUDENE, CTA e FUCEME, desenvolvendo uma política comum cuja objetividade, como se depreende, é coordenar e desenvolver uma ação permanente no campo da nucleação hidroscópica, tendo como principal escopo: minimizar os terríveis efeitos das crises climáticas no Nordeste.

Indiscutivelmente, Sr. Presidente, Srs. Senadores, será mais uma esperançosa iniciativa que, somada às de ordem operacionais a cargo do POLONORDESTE, Projeto Sertanejo e Irrigação, com barragens dos cursos d'água do Nordeste, bem que poderão tão oportunas iniciativas darem ao

semi-árido uma real sistematização ao seu franco e sonhado desenvolvimento.

É só, Sr. Presidente, Muito Obrigado. (*Muito bem!*)

DOCUMENTO A QUE REFERE O SR. ALMIR PINTO EM SEU DISCURSO:

Confidencial! À capa do documento, ostensivamente, a recomendação de que não deveria ser dado à divulgação. Trata-se de um informe científico oferecido aos governantes da região alertando-os para uma realidade que as pesquisas estavam detectando. As medidas preventivas, uma vez considerada a seriedade da revelação, deveriam ser adotadas prontamente, evitando-se mais uma vez as providências emergenciais, falhas em razão do seu próprio aqodamento. Mas, para surpresa dos técnicos do CTA — Centro Tecnológico Aeroespacial, eis que o conteúdo do documento confidencial foi revelado e no seu vazamento uma esteira de pânico e incompreensão, a par de críticas, passou a revestir as conclusões da acurada análise a respeito da problemática climatológica nordestina. O trabalho científico desenvolvido por Carlos Girardi e Luiz Teixeira concluía, em seu relatório técnico elaborado em junho de 78, com um “prognóstico de período de seca para o Nordeste brasileiro”. Após longas investigações, a partir de dados concretos e de observações sobre o comportamento do fenômeno, os dois cientistas arrematavam textualmente: “Todos os resultados obtidos matematicamente conduzem a confirmação da análise subjetiva qual seja a previsão de um período de chuvas escassas entre os anos de 1979 a 1985, com tendência a ocorrência de seca.”

Definindo Seca

Envolvido, pela vegetação que lhe dá um toque bucólico, o Centro Tecnológico Aeroespacial — o famoso CTA de São José dos Campos, São Paulo — agrega em seus muitos organismos de pesquisas e estudos alguns dos maiores, senão os maiores, cientistas do País. Uma aura de prestígio, evidentemente, justificável, etinge cada um dos membros dessa grande comunidade científica. No entanto a modéstia e o arraigado compromisso com a busca da verdade científica, de todos esses homens, contrastam com a imagem de gênios que deles se tem aqui fora. Com muita simplicidade e imensa fidalguia, eles receberam no tranqüilo ambiente de estudos dos seus institutos, uma comitiva cearense, à frente o Presidente da Fundação Cearense de Meteorologia, Sr. Paulo Benevides e o Presidente da Comissão de Economia da Assembléia Legislativa do Estado, Deputado Nogueira Diógenes, que se propunha a conhecer em detalhes não apenas o trabalho dos Professores Girardi e Teixeira, que prognostica um longo período de invernos irregulares ou secas para o Nordeste, como em especial, os projetos elaborados para enfrentar e provavelmente vencer, os seculares problemas climatológicos do Nordeste. Da comitiva fazia parte o repórter do *O Povo* que assina estas linhas. Com a preocupação jornalística de bem informar, sem contudo fazer sensacionalismo sobre assunto de tamanha importância, indagamos primeiramente do Professor Rodolpho Paes Leme Ramos, Coordenador do Projeto Modart, e depois do Professor Carlos Girardi, um dos responsáveis pela pesquisa que culminou com o prognóstico do longo período de chuvas escassas, se o Nordeste estava diante, novamente, de uma seca. Há cerca de 20 dias não chove no Ceará. Poder-se-ia proclamar que o Estado e o Nordeste estão vivendo uma nova seca? Ou ainda há possibilidade de novas chuvas neste final de abril e nos meses de maio e junho, o que salvaria praticamente toda a lavoura replantada a partir das chuvas de março? Perguntamos-lhes.

— Deve ser um ano seco. Não obrigatoriamente uma seca, diz-nos o Professor Rodolpho Paes Leme. E acrescenta, procurando definir o que é seca: “Pode até haver chuva ainda. Mas seca é toda aquela chuva que cai fora de época. Que não serve para a agricultura.”

Não difere, de modo algum, o pensamento do Prof. Girardi, que é contudo, ainda mais incisivo: — “Não haverá mais inverno. As chuvas foram aquelas. Agora, é a estiagem conforme está previsto por nossos trabalhos de exaustiva pesquisa.”

O Documento que foi confidencial

O trabalho de Girardi e Teixeira para o Instituto de Atividades Especiais, órgão do CTA, nem estava concluído. Mas, o desejo de prestar colaboração aos governos regionais levou o Instituto a remeter cópias, em caráter confidencial, aos governadores e a outras autoridades responsáveis, como o Ministro do Interior. Uma revista paraibana conseguiu porém, penetrar no segredo e deu-lhe a divulgação indesejada por seus autores e por todo o CTA. Daí em diante em meio a muitas controvérsias, o prognóstico dos chamados sete anos de seca do Nordeste passou a ser assunto polêmico e apaixonante, provocando inclusive algumas críticas ao posicionamento dos técnicos e cientistas do CTA.

O que é este documento, não mais confidencial?

"O polígono das Secas (está na sua introdução) situado na Região Nordeste brasileira, tem grandes probabilidades de sofrer acentuado período de seca nos próximos anos.

Na fase de preparação dos totais anuais da pluviosidade da Cidade de Fortaleza — CE, correspondentes a 129 anos (18-9-77), chegamos a essa conclusão, um tanto sombria para essa área brasileira.

Embora nosso objetivo principal seja o equacionamento do problema da variabilidade das chuvas no Nordeste, não nos poderíamos furtar de divulgar este resultado preliminar, em razão da urgência e das consequências que advirão. Esse inesperado prognóstico baseia-se em ciclos, que provavelmente serão os precursores para a formulação matemática do fenômeno em um futuro próximo.

Como poderá ser observado nos gráficos, essa previsão é fortemente probabilística e evidencia uma tendência que não deve ser rejeitada, levando-se em conta que essa calamidade climática afetará grande porção da população brasileira."

Bases do Estudo

"Neste estudo inicial — informa o relatório — contamos com dados da pluviosidade de Fortaleza, que remontam a meados do século passado. Outras seis estações: Crato — CE, Currais Novos — RN, Iguatu, Limoeiro do Norte, Quixeramobim — CE, e Ouricuri — PE, foram arroladas neste trabalho para salientar a representatividade que a Cidade de Fortaleza, tem sobre grande faixa setentrional do Nordeste brasileiro."

E acrescenta logo depois.

"É preciso frisar que embora no interior chova muito menos que em Fortaleza, o comportamento de ambas as curvas é bastante similar... o que nos autoriza a dizer que Fortaleza representa grande área interiorana, do Nordeste brasileiro quanto ao comportamento da pluviosidade."

Os cientistas debruçaram-se sobre estes dados, bem longos, porquanto recuam ao ano de 1849, considerando principalmente, as variações equidistantes e as mais persistentes nele contidos. Era uma simples observação do comportamento do fenômeno, que poderia conduzir, no futuro a uma interpretação matemática, da questão advertiam.

Suas observações coincidentes, com a de outro Cientista — Charles G. Markan — encontram fatos sugestivos, como, particularmente, a incidência de secas ao cabo de períodos de 26 anos. Assim elaboraram um quadro — "Curvas em fase" — no qual mostram a repetição do fenômeno de graves secas, tais como: — 1850, 1877, 1878, 1879, 1902, 1903, 1907, 1928, 1932, 1933, 1953, 1954, 1956, 1958.

Fato idêntico é esperado acontecer no período de 1979/1985, dentro, portanto, do repetitivo espaço de 26 anos.

O prognóstico confirmou-se em 79 e 80 e está se delineando em 81, antevendo-se desse modo, o seu prolongamento até 1985.

Coincidência/Inevitável

Prosegue o relatório: "Numa análise final de tendências, proporcionada pelo estudo do conjunto de curvas, verificamos que coincidentemente a descendência das curvas concorda com períodos secos para a região e que essa tendência configura-se para o período de 1979/1985.

"A coincidência, desde que persista por muito tempo, transforma-se no inevitável."

Nas suas conclusões, dizem Girardi e Teixeira: — "A periodicidade existe. Sua comprovação ficou evidenciada através de inúmeros testes com a série matemática usada. Se correspondem ainda com a realidade, pelo menos delimitam no tempo os eventos mais sugestivos. O caminho para uma formulação matemática o prognóstico da variabilidade das chuvas no Nordeste pode ter sido aberto. Por ser complexo, o equacionamento o problema não pode ser resolvido em prazo previamente estabelecido.

No entanto, dada a importância de que se reveste a delimitação de um período de seca na vasta Região do Nordeste, cumpre-nos divulgar com antecedência esses estudos preliminares, diante da ameaça que paira sobre essa vasta região."

Estava feita a revelação (não o alarde público) e com ela a advertência. Era dezembro de 1978, véspera da materialização dos resultados da pesquisa: 79 foi o primeiro ano do ciclo.

Solução a Vista

Cruzar os braços, aguardar os desígnios da Providência deixar que a seca se materialize para estender a mão súplice aos altos escalões da República, ou agir em respeito a advertência contida no respeitável informe científico oriundo de exaustivo trabalho de pesquisa?

Se a incredulidade ainda poderia dominar o pensamento de alguns homens públicos, costumeiramente a reboque dos acontecimentos, no CTA

já se adotavam as medidas cabíveis para levar a cabo um programa capaz de enfrentar o velho problema, a partir do conhecimento científico de que o fenômeno tem prazo, prega aviso no calendário de que vai acontecer. Assim nos áridos, sertões de Petrolina/Juazeiro, no âmago do Nordeste ressequido, o "Machão" voava à procura de nuvens para o bombardeio. Esclareça-se o "Machão" era um valente C-47 (Douglas DC-3) a serviço dos técnicos do Instituto de Atividades Espaciais (Divisão de Ciências Atmosféricas) do Centro Tecnológico Aeroespacial, o CTA de São José dos Campos. Estava em pleno curso do Projeto Modart, um programa para fazer chover artificialmente no Nordeste, tentativa amparada em conhecimentos técnicos-científicos e respaldada em sofisticados instrumentos como o satélite que envia, de meia em meia hora, fotos da atmosfera terrestre, esforço que mais cedo ou tarde, redundará na superação do martírologio do homem nordestino. Com persistência e sempre encontrando de outros organismos a colaboração indispensável, os homens do IAE foram ampliando o seu trabalho até chegar a fase de operacionalidade que se antevê.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Roberto Saturnino, como Líder.

O SR. ROBERTO SATURNINO (PMDB — RJ. Como Líder. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Recordo-me bem que, em fins do ano passado, participando de um programa de debate na televisão, na TV Bandeirantes, programa Canal Livre, fui indagado por um dos entrevistadores, o jornalista Villas Boas Correa, da razão pela qual, na opinião daquele jornalista, a Oposição não apertava mais duramente, mais combativamente o Governo, em relação ao esclarecimento dos atentados ocorrido na Ordem dos Advogados do Brasil e na Câmara dos Vereadores, que causaram a morte de D. Lyda e a mutilação do funcionário Antônio Carlos.

Lembro-me, Sr. Presidente, que quase fiquei embaraçado, mas como é sempre preferível dizer a verdade, respondi com a verdade. Respondi que cumpríamos, nós da Oposição, o nosso dever, não nos omitíamos, mas evitávamos o risco de um confronto prematuro, cujo balanço de forças para nós era um mistério. Em outras palavras, respondia que um tumor não se lanceta senão quando está maduro.

Ainda aqui nesta tribuna, recentemente, comentando o atentado ocorrido à residência do Deputado Marcello Cerqueira, disse que seria muito fácil, para nós, da Oposição, exigir enfaticamente a apuração dos fatos. Entretanto, uma vez mais, sem nos omitirmos, não puxamos a corda com toda a força da nossa indignação. Implicitamente reconhecíamos as dificuldades do Governo, e não levávamos a cobrança até onde poderíamos ter levado, correndo também nós da Oposição o risco do desgaste perante a opinião pública do País, preocupados sim, com a crescente perda de autoridade do Presidente, e advertindo sempre que a impunidade era o impulso maior à escalada da violência, da ousadia e da criminalidade. E veio o que todos esperavam: mais um atentado no Rio de Janeiro; no Rio de Janeiro onde explodiram tantas bancas de jornais, no Rio de Janeiro onde morreu Dona Lyda Monteiro; no Rio de Janeiro onde ficou mutilado, perdeu uma vista, o funcionário Antônio Carlos, da Câmara dos Vereadores; no Rio de Janeiro onde o Deputado Marcello Cerqueira teve dois dos seus carros despedaçados e a sua casa bombardeada; no Rio de Janeiro onde a **Tribuna de Imprensa** foi arrasada; no Rio de Janeiro onde o Senador que vos fala, juntamente com o Senador Nelson Carneiro, poderia ter sido ferido por uma bomba colocada num palanque onde iríamos falar, em princípio do ano passado.

E como é natural em toda a escalada, o sinistro desta vez poderia ter sido muito maior. Não é difícil imaginar o quadro terrível do pânico instalado ente cerca de 20 mil pessoas, com um repentino apagar de luzes, com um estourar de bombas em vários locais do recinto; não é difícil imaginar o que poderia ter ocorrido, o quadro trágico, o quadro de uma verdadeira hecatombe que poderia ter sido o resultado desse criminoso atentado ocorrido agora, nas vésperas do dia 1º de maio, no dia 30 de abril, quinta-feira última.

Agora, Srs. Senadores, não é mais possível esperar pelo amadurecimento do tumor. O tumor estourou por si mesmo e chegou o momento de espremê-lo. Não adianta afirmar que a abertura não está ameaçada, nem está comprometida, porque a abertura está ameaçada e está comprometida. Está em jogo a autoridade moral do Senhor Presidente da República, e sua omissão neste momento não seria mais tolerável, nem explicável em qualquer hipótese. Está em jogo a dignidade do Exército Brasileiro que não pode ter a sua imagem manchada, sequer respingada pela ação de um pequeno grupo de desvairados.

As primeiras reações das autoridades locais foram extremamente infelizes. O General Waldir Muniz, Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, visivelmente perturbado disse inverdades flagrantes à imprensa e à televisão; contou uma história sua, que ninguém acreditou, uma história que ele ouviu ninguém sabe onde, porque teria que ser contada por um dos dois vitimados na explosão, e nenhum dos dois poderia absolutamente ter falado. Ele contou que o capitão que dirigia o carro, ao dar marcha à ré, percebera um objeto estranho que o sargento apanhou para examinar. O objeto era um petardo que explodiu. Uma história absolutamente inverossímil, inaceitável, uma versão que ninguém acreditou. Mas, além da inverossímil história, o General Waldir Muniz negou a existência de outras bombas que chegaram a ser filmadas e noticiadas por toda a imprensa daquele dia e do dia seguinte, informação que chegou a ser dada à imprensa por um dos peritos que, imediatamente após a ocorrência, examinou o automóvel. E ainda caiu o General Waldir Muniz na inverdade de declarar que o carro Puma era de propriedade do Capitão, quando o fato foi negado sucessivamente pela própria família.

Depois da infeliz entrevista do General Waldir Muniz, veio a nota do I Exército, Sr. Presidente, que também nega a existência das outras bombas que não explodiram. E, pela suas palavras, já quer esta nota claramente inocentar os dois agentes do DOI-CODI, quando diz, no seu 5º parágrafo:

"5º) os militares em apreço agiam no estrito cumprimento de missões normais de rotina, determinadas pelo I Exército, responsável que é pela segurança interna em sua área, e que objetivava acompanhar e contribuir, da melhor forma, para reprimir, se necessário, ações de agitadores e subversivos; assim, interpretações malévolas a respeito vêm causando viva indignação aos integrantes do I Exército, traumatizados com tão torpe atentado;"

E quer ainda a mesma nota do I Exército, desde já, culpar os subversivos de sempre, inocentando os dois militares e culpando os subversivos de sempre, no seu 6º parágrafo:

"6º) lembra, ainda, que o descrédito dos órgãos de segurança, de tão relevantes serviços prestados à tranqüilidade pública, sempre foi meta buscada por elementos ou organizações subversivas."

Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desta vez não é possível encobrir a verdade e atribuir toda a culpa a um novo Ronald Waters, cuja prisão hoje já começa a se configurar como uma verdadeira ignomínia.

Não, Sr. Presidente e Srs. Senadores, desta vez as evidências são grandes demais, são gritantes. Gritam aos olhos, aos ouvidos e à consciência da Nação.

A bomba explodiu dentro do carro, no colo do sargento. Não poderia ter sido atirada de fora, porque o atirador teria sido fatalmente atingido, já que fragmentos da porta foram encontrados a cem metros do local da explosão. É inadmissível a hipótese de ter sido encontrado o petardo dentro do carro por um dos seus ocupantes, que o teria apanhado para exame. Eram militares treinados no serviço de informação e segurança. Jamais um deles teria apanhado o objeto para examiná-lo no seu colo, quando o procedimento automático teria sido o de isolar o local, proteger os circunstantes e chamar peritos.

Ambos os militares serviam, há muito, no chamado DOI-CODI, e suas famílias foram advertidas (ou ameaçadas) para que nada falassem.

Usavam automóvel cuja propriedade se desconhece e cuja placa não está registrada no Serviço de Trânsito — é o que se chama de "placa fria".

Havia outros militares, que tentaram abandonar o local em seus carros logo após a explosão, e foram interceptados por agentes de segurança do Riocentro.

O policiamento da Polícia Militar que havia sido pedido pelos administradores do Centro não foi enviado naquela noite, inexplicadamente.

Havia no carro vitimado um rolo de fita adesiva, tipo crepom cuja utilidade é conhecida e havia, conforme testemunha toda a imprensa, até com fotografia, publicada na primeira página do *Correio Braziliense*, havia, segundo essas testemunhas, pelo menos uma bomba mais, na parte traseira, e que não explodiu. Foi esse mesmo testemunho confirmado, inclusive, pelo Delegado da 16ª Delegacia Policial, Sr. Petrônio Romano.

Tudo isso, Sr. Presidente, Srs. Senadores, está em todos os jornais de anteontem e de ontem. Tudo isso, toda a Nação já sabe.

Nesses jornais, Sr. Presidente, há também artigos e editoriais lúcidos, corajosos, independentes, patrióticos, verdadeiramente antológicos. Compõem uma autêntica antologia do caso Riocentro.

Peço aos colegas permissão para ler certos trechos de alguns desses artigos e editoriais. Evidentemente a leitura integral tomaria todo meu

tempo. Assim, peço ao Sr. Presidente faça constar do meu pronunciamento cada um desses artigos e editoriais, cujos trechos lerei, por extenso.

Começo referindo-me, Sr. Presidente, ao artigo extraordinário, notável do Jornalista Villas-Bôas Corrêa, publicado no *Jornal do Brasil* do dia 2 de maio último, sob o título: "A bomba explodiu no Planalto". Começa Villas-Bôas a dizer:

"As duas bombas que estouraram, na noite de quinta-feira, uma no Puma estacionado no Rio-Centro, outra perto da casa de força, — na verdade explodiram no colo do Governo, e seus estilhaços alcançam o rosto do Presidente João Figueiredo.

Esta é uma sensação nacional que se identifica nas ruas, nas conversas do feriado, por toda a parte — de uma opinião pública expectante, ansiosa pelos próximos passos que a empurrem para os escuros da decepção ou que a amparem num puxão de esperanças.

Pois, que nesse acidente de serviço, como que tudo se ilumina como uma luz forte que se acende nas trevas. Não falta esclarecer muito, tudo se dispõe como uma nitidez fotográfica."

Adiante, continua o artigo:

"O Capitão Wilson e o Sargento Guilherme são do serviço de informações. Segundo testemunha um colega, lotado no DOI — que é a metade da sigla maldita do DOI-CODI, semidesativada nos arranques dessa semi-abertura em que vamos patinhando na busca da semidemocracia.

Alguma surpresa Nenhuma. Salvo a hipótese fantástica de uma diabólica transa de coincidências, aconteceu precisamente o que todos ansiosamente esperavam. Que um dia os deuses do acaso armassem as coisas de modo a que o fio das dezenas de atentados misteriosos, jamais apurados, mostrasse a sua ponta."

E finaliza com o último parágrafo:

"Bem, e agora A encenação do Governo não merece reparos. Notas, declarações, providências, os clássicos inquéritos, uma bela movimentação de bastidores. Nada, realmente nada justifica a suspeita de que o Planalto vá botar panos quentes. Pois que, como Geisel no episódio da tortura, é o Presidente Figueiredo o primeiro a ser atingido por todos os desatinos do banditismo terrorista. Mas, convém não facilitar. Ninguém é tolo para ser enganado diante de tantas evidências amontoadas pelas artes providenciais. Nessas bombas estamos jogando com coisas muito sérias. Com a credibilidade do Governo e das Forças Armadas. Com o projeto político de abertura. Com as eleições de 82. Com a palavra e com o juramento do Presidente João Figueiredo."

Notável artigo, Sr. Presidente, escrito e publicado na extraordinária edição do *Jornal do Brasil* de 2 de maio último, que talvez explique a tentativa de enquadrar o seu editor, o jornalista Walter Fontoura, na Lei de Segurança Nacional.

Há outros que nada deixam a dever ao artigo de Villas-Bôas Corrêa.

Leio *O Estado de S. Paulo* do dia 3 e vejo o editorial escrito por Carlos Chagas, sob o título "Agora Governo terá de explicar atentado". Começa o conhecido e prestigiado comentarista:

"Desta vez, não dá. São tantas as evidências, ou coincidências, que qualquer resultado que não leve em poucos dias à elucidação completa de personagens, agentes e mandantes, terá determinado não só a falência do Governo, mas do próprio Estado, como Nação politicamente organizada. Os acontecimentos no Riocentro, na noite de quinta-feira, deixam expostas a meada inteira, além do fio. Será identificá-la, e extirpá-la, ou reconhecer que nos encontramos na véspera da desagregação completa da sociedade, fenômeno muito mais grave que o da explosão das bombas, tanto faz se seus estilhaços ficaram na Barra da Tijuca ou voaram até o Planalto Central.

Deixar que inquéritos e investigações conduzam à mesma impunidade e ao mesmo vazio de atentados anteriores equivalerá, para o Presidente João Figueiredo, a assinar a sua renúncia. Ao Governo, a declarar que não governa. Ao Estado, a reconhecer que não existe. E à Nação... bem, à Nação, a começar tudo de novo, sabe-se lá como ou às custas de quê."

Continua Carlos Chagas:

"Para honra da Nação, mas, também, para a própria sobrevivência de suas instituições, é preciso elucidar e não ocultar que tipo de missão cumpriam o indigitado sargento Guilherme Pereira Rosário e o agora mutilado capitão Wilson Luiz Chaves

Machado. Por que uma bomba estourou no colo do primeiro, matando-o, outra se encontrava no porta-malas do carro que manobravam e uma terceira fez voar pelos ares parte da casa de força daquele centro de espetáculos e convenções? Por que isso aconteceu enquanto, no interior do prédio, tinha lugar uma reunião artística promovida por cantores e compositores de inegável tendência oposicionista?"

Finaliza Carlos Chagas:

"Em suma, será agora ou não será mais que o Governo poderá demonstrar à Nação que ainda continua Governo. A complacência com vândalos, grandes e pequenos, identificáveis ou encobertos, fardados ou à paisana, equivalerá à condenação das boas intenções, primeiro, e das instituições, em seguida. Porque, para salvar cabeças, haverá também que cortá-las."

Sr. Presidente, continuo pedindo a paciência dos ilustres colegas para citações que procuro resumir, extraindo dos artigos os trechos que me parecem mais expressivos.

Leio a coluna do Sr. Carlos Castello Branco do dia 3 de maio:

"Coluna do Castello

AS BOMBAS E O SECRETÁRIO

Brasília — Estranho dom de adivinhação tem o General Muniz, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Uma bomba explodiu dentro de um automóvel, ocupado por dois militares. Um deles morreu na hora, e outro está internado no hospital e ainda não prestou qualquer declaração. Não houve testemunhas da cena noturna de explosão. Mas o General Muniz descreve com pormenores o que se passou: o Capitão manobrava o carro para sair do estacionamento, o sargento viu um objeto estranho, apanhou-o e a coisa explodiu. Essa convivência com o mistério é mais intensa: o General-Secretário sabe que os dois militares foram vítimas de um atentado terrorista e nega que tenha sido encontrada no interior do Puma uma segunda bomba, que não chegou a explodir. Algumas autoridades revelaram a existência do segundo petardo, mas, com essa existência é previamente contestada, a hipótese é de que essa bomba mergulhe nas sombras da eternidade."

E finaliza Carlos Castello Branco seu memorável artigo:

"É evidente que o General-Secretário, quando falou aos jornais, não sabia de nada. Se ele soubesse de tudo, isso seria muito grave."

Continuo, Sr. Presidente, citando também o notável editorial da *Folha de S. Paulo*, de 3 de maio, também, assinado por Ruy Lopes, conhecido e louvado jornalista daquela capital:

"O PODER PARALELO

Há um esforço notável para desesclarecer o caso das bombas no Riocentro. Não pode ser entendida de outra maneira a série incrível de equívocos cometidos por autoridades do nível do General Valdir Muniz, Secretário da Segurança do Rio de Janeiro, que já está no encalço dos "materialistas" — leia-se comunistas — que praticaram o atentado.

Regimes ditatoriais permitem a montagem de farsas destinadas a iludir a opinião pública. Hitler fez isto no incêndio do Reichstag, Stalin nos processos de Moscou. Mas nas democracias a manobra é praticamente impossível, por causa da liberdade dos meios de comunicação.

Não adianta, por exemplo, o General Muniz declarar "absolutamente falsa" a notícia de que havia mais bombas dentro do carro. Milhões de pessoas viram pela televisão, de modo que o desaparecimento dos petardos só agrava as coisas. Enquanto o Secretário afirmava, de um lado, que o veículo pertencia ao capitão ferido, o General comandante do I Exército admitia que o oficial estava em serviço e usava um "chapa fria", fato confirmado pelo pai da vítima. A versão de que a bomba foi colocada no automóvel enquanto seus ocupantes estavam fora é pueril e contrária à prova testemunhal. Os dois militares não deixaram o carro, como atesta o motorista que estacionou ao lado. Com imprensa livre, certas manobras são impraticáveis."

Continuo, Srs. Senadores, pedindo permissão para citar um último editorial, do *Jornal de Brasília*. Vejam, Srs. Senadores: é *O Estado de S. Paulo*, é a *Folha de S. Paulo* é o *Correio Braziliense* e agora é o *Jornal de Brasília*.

O editorial, do dia 3 de maio, assinado por Tarcísio Hollanda, conhecidíssimo de todos nós, grande e admirável jornalista desta capital, diz:

"DE QUEM É A BOMBA?

A bomba que explodiu dentro de um Puma matando um sargento e ferindo gravemente um capitão do Exército, que "estavam em serviço" nas cercanias de um grande "show" popular no Riocentro montado notoriamente pelas esquerdas, são o tema que deverá se estender por todo este ano. Além da bomba que explodiu, arrancando os intestinos dos dois infelizes militares, havia uma outra na traseira do mesmo carro, que não chegou a explodir.

Fica difícil imaginar que dois profissionais treinados para a ação clandestina dos serviços de informações pudessem ser surpreendidos, dentro do carro em que estavam viajando, por um desconhecido que jogasse no colo de um deles uma bomba pronta para explodir e arrancar seus intestinos. E a bomba que estava atrás do carro e que não chegou a explodir?

Há elementos óbvios para conclusão. Ninguém poderá acreditar com facilidade que os dois militares tenham sido vítimas e não autores frustrados de um atentado que se virou ironicamente contra eles. A lição mais fácil que se extrai é de que o Governo tem a faca e o queijo na mão para iniciar, pela primeira vez, uma investigação que conduza ao desmantelamento de uma organização que poderá estar infiltrada dentro de sua própria engrenagem."

Sr. Presidente, Srs. Senadores, são palavras da imprensa, refletem a opinião pública, é a voz do povo, são palavras do povo. É o que ouvimos durante todo o dia seguinte do atentado do Riocentro, é a opinião de toda a Nação brasileira.

Srs. Senadores, o Brasil não é uma Nação de tolos que se deixa enganar grosseiramente. A Nação, que repudiou a loucura da guerrilha esquerdista, agora exige um paradeiro à insanidade desses desesperados que antevêm o clarão da liberdade despertando neste País.

É todo este Brasil se volta, naturalmente, para a figura do seu Presidente, da sua autoridade maior que jurou fazer dele uma democracia. O Presidente tem na mão a ponta do fio de Ariadne que lhe possibilita desvendar todo o sinistro labirinto. Se o fizer, se o conseguir, se o puder, terá o respeito da História e o aplauso da Nação. De nós da Oposição também terá o aplauso, terá o aperto de mão, terá a mão estendida do reconhecimento. Se precisar de nós o Presidente, a qualquer momento, que nos convoque, que conte conosco para essa tarefa específica, para essa missão conte com a nossa colaboração. Se não o puder, e, vejamos bem, não digo se não o quiser, mas, se não o puder, a escalada do terror prosseguirá o inexorável rumo da tragédia nacional. Quando, em que dimensões, em que circunstâncias, só Deus sabe.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. (*Muito bem! Palmas.*)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. ROBERTO SATURNINO EM SEU DISCURSO:

Jornal de Brasília

DE QUEM É A BOMBA?

T.H.

A bomba que explodiu dentro de um Puma matando um sargento e ferindo gravemente um capitão do Exército, que "estavam em serviço" nas cercanias de um grande "show" popular no Riocentro montado notoriamente pelas esquerdas, são o tema que deverá se estender por todo este ano. Além da bomba que explodiu, arrancando os intestinos dos dois infelizes militares, havia uma outra na traseira do mesmo carro, que não chegou a explodir.

O Ministro da Justiça, Sr. Ibrahim Abi-Ackel, ao tomar conhecimento do grave incidente, disse com todas as letras que aquela bomba explodiu dentro do Governo, definindo um estado de espírito nacional que só pode contribuir para alimentar suspeitas que comprometam a credibilidade do Governo e das Forças Armadas. Os militares estavam em serviço, segundo o comandante do II Exército. Até aí tudo bem. Mas, que faziam com duas bombas?

Fica difícil imaginar que dois profissionais treinados para a ação clandestina dos serviços de informações pudessem ser surpreendidos, dentro do carro em que estavam viajando, por um desconhecido que jogasse no colo de um deles uma bomba pronta pra explodir e arrancar seus intestinos. E a bomba que estava atrás do carro e que não chegou a explodir?

E ainda havia uma outra bomba na casa de força do Riocentro — um local de "shows", onde se apresentavam, na ocasião, muitos conhecidos artistas populares. Se a casa de força fosse atingida em cheio, o País poderia

estar lamentando, a esta altura, muitas mortes de pessoas inocentes pisoteadas depois da implantação do pânico causado por explosões e pelo *black-out*."

Há elementos óbvios para conclusão. Ninguém poderá acreditar com facilidade que os dois militares tenham sido vítimas e não autores frustrados de um atentado que se virou ironicamente contra eles. A lição mais fácil que se extrai é de que o Governo tem a faca e o queijo na mão para iniciar, pela primeira vez, uma investigação que conduza ao desmantelamento de uma organização que poderá estar infiltrada dentro de sua própria engrenagem.

A sequência de atentados, que se aproxima perigosamente de uma multidão de vinte mil pessoas, já matou uma funcionária da Ordem dos Advogados, já mutilou um funcionário da Câmara de Vereadores, já destruiu bancas de jornais e por pouco não chegou à mesa do superintendente da SUNAB. A sequência de bombas coloca o Governo em posição sempre difícil quando se indaga se a organização que a comanda chegou a ser desmantelada.

AGORA, GOVERNO TERÁ DE EXPLICAR ATENTADOS

Da sucursal de Brasília

Destá vez, não dá. São tantas as evidências, ou coincidências, que qualquer resultado que não leve em poucos dias à elucidação completa de personagens, agentes e mandantes, terá determinado não só a falência do Governo, mas do próprio Estado, como Nação politicamente organizada. Os acontecimentos no Rio-Centro, na noite de quinta-feira, deixam exposta a meada inteira, além do fio. Será identificá-la, e extirpá-la, ou reconhecer que nos encontramos na véspera da desagregação completa da sociedade, fenômeno muito mais grave que o da explosão das bombas tanto faz se seus estilhaços ficaram na Barra da Tijuca ou voaram até o Planalto Central.

Deixar que inquéritos e investigações conduzam à mesma impunidade e ao mesmo vazio de atentados anteriores equivalerá, para o Presidente João Figueiredo, a assinar a sua renúncia. Ao Governo, a declarar que não governa. Ao Estado, a reconhecer que não existe. E à Nação... bem, à Nação, a começar tudo de novo, sabe-se lá como ou às custas de quê.

Vivemos um desses momentos cruciais em que acomodar, tergiversar e pretender que o presente seja igual ao passado se torna impossível. Aconteceu, três dias atrás, o que todos previam viesse a acontecer, ainda que ninguém, sequer os trogloditas responsáveis pela violência — quaisquer que sejam —, o desejasse. É cedo para afirmações categóricas ou incriminações definitivas, ainda que a cristalina evidência dos fatos deixe pouca margem para dúvidas. Será dissecá-los até o fim, doa a quem doer. Porque dói.

Para estagnar o braço da tortura institucionalizada que se abatia sobre nós, faz cinco anos, o então Presidente Ernesto Geisel agiu, obrigando-se a cortar na própria carne. E a tortura, deve-se reconhecer acabou. Tomou novas formas o inconformismo radical, entre dezenas de petardos explodidos sobre inocentes, e desde então temos assistido à inação oficial como norma. À complacência, como regra. Certamente ao temor, como estratégia. Agora, não dá mais.

Para honra da Nação, mas, também, para a própria sobrevivência de suas instituições, é preciso elucidar e não ocultar que tipo de missão cumpriam o indigitado sargento Guilherme Pereira Rosário e o agora mutilado capitão Wilson Luiz Chaves Machado. Por que uma bomba estourou no colo do primeiro, mantendo-o, outra se encontrava no porta-malas do carro que manobravam e uma terceira fez voar pelos ares parte da casa de força daquele centro de espetáculos e convenções? Por que isso aconteceu enquanto, no interior do prédio, tinha lugar uma reunião artística promovida por cantores e compositores de inegável tendência oposicionista?

Se a trama diabólica partiu da extrema direita, ou da extrema esquerda, aí estão os componentes para desvendá-la, inclusive o oficial sobrevivente. Todas as perguntas deixaram sua resposta no cimento ainda ensangüentado de um dos pátios do Rio-Centro. Basta ler o que dizem os escombros, até mesmo de um carro sofisticado e aparentemente muito acima das posses de quem, como os demais de sua classe, luta com baixos salários para manter a família, modesta a ponto de o sogro ganhar a vida vendendo pipocas, numa carrocinha de praça de subúrbio.

Claro que o Presidente João Figueiredo sofre. Estará desejando, como no caso da bomba enviada à Ordem dos Advogados, que também essa tivesse sido lançada contra ele. Mas não foi, e chegamos a um ponto onde a retórica emocional e sincera não basta. Pelo contrário, se repetido, vai prejudicar. Do que o País necessita são resultados, se para incluir ou absorver um morto e um ferido grave, paciência, mas capazes de apontar não só os métodos, mas também as origens, as complicitades e as responsabilidades que certamente se localizam muito acima de qualquer Ronald Watters da vida.

Encontra-se em andamento uma conspiração violenta e abjeta, senão antes, ao menos agora detectável em toda a sua amplitude, expondo, esta sim, o

prestígio, o bom nome, a imagem e até o crédito do Brasil, aqui dentro e lá fora. Para quem incorre nesse delito, a Lei de Segurança Nacional também pune, como pune os que se lançam na guerra revolucionária e subversiva, os sabotadores, os que tentam subverter a ordem e a estrutura político-social vigente, os que devastam, saqueiam, assaltam, roubam, seqüestram, incendiam e depredam. Tudo isso temos visto acontecer sem a menor contrapartida das autoridades públicas, em termos de identificação e punição.

Quando a violência criminal elevou a níveis insuportáveis o simples ato de habitar o Rio de Janeiro, de Brasília para lá o Governo adotou prontas e eficazes iniciativas. O General Waldir Muniz e o Coronel Newton Cerqueira fizeram refluir a criminalidade e o banditismo comum, por conta de muito esforço, de experiência e de inflexibilidade. A violência política estaria a exigir dúzias de coronéis Cerqueiras e de generais Muniz, para que possa arder de novo a tênue chama da credibilidade oficial, apagada desde quinta-feira pelo estampido e o deslocamento de ar e de consciências, pelos petardos no Rio-Centro.

Apressou-se o Presidente a telegrafar ao seu colega americano, Ronald Reagan, e ao Embaixador Roberto Campos, quando ainda há pouco se viram vítimas de atentados pessoais. Agora, e outra vez, foi contra a sociedade que se atentou, e o Presidente passa a dever, se é que não devia antes, muito mais do que um telegrama. Ou do que um grito de revolta. Espera-se dele, como de seus ministros e auxiliares, que faça implodir todas as estruturas do terrorismo político, estejam situadas ou não nos porões e masmorras que herdou do passado. Vale repetir, para honra e sobrevivência da Nação, como tal.

Começou a contagem regressiva. Cada hora em que a opinião pública permaneça sem explicações ou à míngua de atos capazes de deslindar, não o episódio, mas os episódios subversivos que a envolvem, contribuirá para a desagregação final. Pois se é com bombas impunes que se discute e encaminha o processo político, a moda não tardará a pegar. Abertura, eleições, alternância no poder, remodelação constitucional — democracia, enfim — explodirão inexoravelmente. E não se tratará mais de saber como o General Figueiredo passará à História, mas se haverá História para contar, no fim de tudo.

Em suma, será agora ou não será mais que o Governo poderá demonstrar à Nação que ainda continua Governo. A complacência com vândalos, grandes e pequenos, identificáveis ou encobertos, fardados ou à paisana, equivalerá à condenação das boas intenções, primeiro, e das instituições, em seguida. Porque, para salvar cabeças, haverá também que cortá-las. — CC.

Coisas da Política

A BOMBA EXPLODIU NO PLANALTO

Villas-Bôas Corrêa

As duas bombas que estouraram na noite de quinta-feira, uma no Puma estacionado no Rio-Centro, outra perto da casa de força, — na verdade explodiram no colo do Governo, e seus estilhaços alcançam o rosto do Presidente João Figueiredo.

Esta é uma sensação nacional que se identifica nas ruas, nas conversas do feriado, por toda a parte — de uma opinião pública expectante, ansiosa pelos próximos passos que a empurrem para os escuros da decepção ou que a amparem num puxão de esperanças.

Pois, que nesse acidente de serviço, como que tudo se ilumina como uma luz forte que se acende nas trevas. Não falta esclarecer muito, tudo se dispõe como uma nitidez fotográfica. Como se mãos invisíveis tecessem os fios do destino para compor uma trama perfeita, irretocável, absolutamente exata até os seus mais minuciosos detalhes.

Juntem as peças com atenção e comprovem. Tratava-se de um *show*, promovido a pretexto de comemorar o Dia do Trabalho na véspera, mas de notória iniciativa esquerdista. Portanto, o alvo a descoberto para um atentado de direita. Vinte mil pessoas, maioria absoluta de jovens, juntas no pavilhão imenso, vendo o desfile de sempre do elenco de todos os anos.

Um carro estaciona nas proximidades. Os seus dois ocupantes estão à paisana. São militares: o Sargento Guilherme Pereira Rosário e o Capitão Wilson Luiz Chaves Machado.

Por um erro de cálculo ou azar, uma bomba arrebenta no colo do sargento. De tal modo que não fica qualquer sombra de dúvida. O Sargento morre no instante, no banco do carro, com todos os sinais que confirmam a evidência. O Capitão Wilson, gravemente ferido, arrasta-se procurando por alguém. Balbucia palavras que ninguém consegue elucidar. Mas não pode ir muito longe. Ficou lá o flagrante exato, com o carro semidestroçado e com mais uma bomba escondida na traseira, para utilização facilmente apurável.

Uma outra bomba apareceu na casa de força para arrebentar as instalações elétricas e provocar o estouro da multidão para o massacre do pânico. Ato de banditismo de vileza sórdida, tramado com todos os requintes da crueldade mais abjeta. Basta calcular o que aconteceria com vinte mil pessoas desatinadas pela escuridão e o barulho das bombas.

correndo às cegas, no desespero do salve-se-quem-puder em busca de saídas estreitas.

O Capitão Wilson e o Sargento Guilherme são do serviço de informações. Segundo testemunha um colega, lotados no DOI — que é a metade da sigla maldita do DOI-CODI, semidesativada nos arranques dessa semi-abertura em que vamos patinando na busca da semidemocracia.

Alguma surpresa? Nenhuma. Salvo a hipótese fantástica de uma diabólica transa de coincidências, aconteceu precisamente o que todos ansiosamente esperavam. Que um dia os deuses do acaso armassem as coisas de modo a que o fio das dezenas de atentados misteriosos, jamais apurados, mostrasse a sua ponta.

Desde as bombas da covardia contra bancas de jornais, que se torcia para que lá um dia alguém visse, fizesse o flagrante, colhesse as provas. Quem sabe? Um pneu furado, um motor que enguiça, arrancando máscaras para exibir fisionomias pressentidas.

Tudo parece que deu certo até demais. Na exatidão do quadro de enredo completo. Na morbidez do atentado para a colheita de vítimas a granel. Na identificação imediata dos personagens, enrolados em suspeição que não admite o simples desmentido, a desconversa. Gente da área que todo mundo adivinhava com o simples apelo ao singelo exercício do raciocínio, pela pista das evidências, pelo caminho do bom senso.

Não foram duas bombas que explodiram na noite de quinta-feira, na véspera do 1º de Maio. Mas uma fiação delas. Desde as bombas contra os jornaleiros até as bombas mais sofisticadas, mais técnicas, contra a OAB, matando Dona Lyda Monteiro ou a da ABI e Câmara de Vereadores. Os estampidos de dezenas de bombas se juntam, se somam num ruído uníssono. Todas elas estão com os seus estopins à mostra. Esta bomba de agora leva às outras. Basta um pouquinho de boa vontade, da vontade de apurar que faltou da até aqui.

E não só as bombas do Rio. Mas as de São Paulo, de Porto Alegre, de Belo Horizonte e de Belém. As bombas contra os jornais, as bombas contra a abertura, as bombas contra o Presidente João Figueiredo, desafiado por elas, sob ameaça de desmoralização, bracejando para segurar pelo gasganete os mascarados com a cauda de fora.

Bem, e agora? A encenação do Governo não merece reparos. Notas, declarações, providências, os clássicos inquéritos, uma bela movimentação de bastidores. Nada, realmente nada justifica a suspeita de que o Planalto vá botar panos quentes. Pois que, como Geisel no episódio da tortura, é o Presidente Figueiredo o primeiro a ser atingido por todos os desatinos do banditismo terrorista. Mas, convém não facilitar. Ninguém é tolo para ser enganado diante de tantas evidências amontoadas pelas artes providenciais. Nessas bombas estamos jogando com coisas muito sérias. Com a credibilidade do Governo e das Forças Armadas. Com o projeto político de abertura. Com as eleições de 82. Com a palavra e com o juramento do Presidente João Figueiredo.

JUIZ-AUDITOR AFIRMA QUE INQUÉRITO SERÁ DO DPF

O juiz-auditor da 1ª Auditoria da Aeronáutica no Rio, Teóclito de Miranda, disse ontem que o inquérito para apurar o atentado no Rio-Centro, ocorrido anteontem, "terá de ser modelado pelas normas do Código de Processo Penal Militar, por ter uma evidente conotação de terrorismo e, como tal, estar previsto na Lei de Segurança Nacional". A autoridade competente, no caso, será a Polícia Federal, mas o juiz esclareceu que "nada impede que o Exército instaure também inquérito policial militar, paralelamente ao da polícia".

Ainda segundo Teóclito de Miranda, o inquérito terá, necessariamente, caráter sigiloso, "por exigência da nova Lei de Segurança Nacional". Os autos da DPF e do Exército serão entregues ao juiz-auditor José Farcia de Freitas, porque Teóclito está licenciado por motivo de saúde.

Por outro lado, o comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho, desmentiu, ontem pela manhã, que tivesse sido exonerado do cargo ou tencionasse pedir demissão, segundo rumores, que corriam acrescentando que desconhecia qualquer decisão a esse respeito por parte do governo.

Telejornais de televisão exibiram, anteontem, em várias edições, cenas mostrando dois cilindros metálicos que se supõe conter explosivos sendo retirados do interior do "Puma" ocupado pelo capitão Wilson e pelo Sargento Guilherme do Rosário. Os cilindros possuíam tarja vermelha e lacres de segurança e podem ser as bombas que policiais disseram ter encontrado no carro. A direção da televisão, no entanto, preferiu não ceder os fotogramas da reportagem apresentada, alegando ainda não saber se o material exibido era mesmo de duas bombas.

Os peritos do DGIE, que estiveram no local, não esconderam o fato de que tinham desarmado uma bomba e que outra estaria desativada no interior do "Puma". O próprio delegado da 16ª DP, Petrônio Henrique Romano, que

foi ao Rio-Centro porque aquela era sua área de atuação, após as explosões, afirmou que "não foi feito qualquer registro do caso na delegacia, tendo as investigações sido assumidas pelo DOI-CODI e pessoal do Exército", e que "de fato uma bomba foi desativada pelo pessoal do DGIE".

Peritos cariocas que examinaram o "Puma" acreditam que a bomba explodiu "no colo" do sargento Guilherme do Rosário, quando era por ele segurada com a mão esquerda, no momento em que o automóvel começava a se movimentar em marcha lenta. Argumentam ainda que "pelo raio de ação do explosivo — um pedaço da porta do carro foi encontrado a 100 metros —, qualquer pessoa que estivesse nesta área teria sido atingida, no mínimo pelo deslocamento de ar". Isso praticamente afasta a hipótese, segundo os peritos, de alguém ter arremessado a bomba no interior do carro, "porque o "Puma" é baixo e seria preciso aproximar-se muito para fazer o arremesso".

Os mesmos técnicos lembram que se efetivamente os ocupantes do Puma pretendiam colocar as três bombas que portavam no interior do Rio-centro, as consequências do atentado seriam imprevisíveis. "A idéia dos terroristas parecia ser o desligamento da energia com a bomba colocada na subestação, o que causaria o primeiro momento de pânico para as 15 mil pessoas, que assistiam ao "show". Para eles, "a bomba explodiu dentro do carro, porque a destruição do "Puma foi interna". Quanto à sua colocação no colo do sargento, isso parece óbvio pela destruição de suas pernas".

Reações

Sem querer identificar a origem do atentado no Rio-Centro, se partira de elementos da esquerda ou da direita, o presidente da Câmara dos Deputados, Nelson Marchezan, afirmou ontem em Brasília que "esses atentados não vêm daqueles que querem ajudar o projeto de abertura política" garantindo, porém, que "não será um acidente desse que derrotará o projeto de abertura política do Presidente João Figueiredo". E acrescentou: "Diria apenas que o momento está a exigir a participação de todos no sentido de se fortalecer a abertura".

Em Porto Alegre, o Senador gaúcho Pedro Simon (PMDB) observou que as explosões de bombas ocorridas no Rio foram de "tal objetividade que haverá omissão real se não forem esclarecidas". No entender dele, "agora, pelo menos, as coisas estão aparecendo. Os envolvidos estão aparecendo. Há nomes. O próprio Ministro Abi-Ackel disse que a bomba explodira "dentro do governo". Há indícios muitos sérios para buscar os responsáveis. Se houver sinceridade chegaremos à "apuração. É só querer".

Já o ex-Presidente da OAB, Raymundo Faoro, declarou, no Rio, que o desafio (à abertura política do Presidente da República) "parece que parte de dentro do próprio governo". Segundo ele, "mais do que nunca a palavra, agora, está com o governo, para que ele defina e reafirme suas intenções, doa a quem doer. O Presidente está diante de uma encruzilhada, que sabemos ser de riscos, mas sabemos também que a sociedade civil está disposta a apoiá-lo se ele tomar medidas claras". Raymundo Faoro disse também que não se "coaduna com o regime democrático" o fato de uma missão militar estar presente numa "festa pública, autorizada, legal".

NO PÁTIO, MUITOS MILITARES

No momento em que se iniciava, às 21h25, o show "1º de Maio", para um público de 15 mil pessoas reunidas anteontem no Rio-Centro, na Barra da Tijuca, explodia a primeira bomba no Puma cinza-metálico; com chapas frias, estacionado no local e manobrado pelo capitão Wilson Luiz Machado, do DOI-CODI, fato presenciado por dez pessoas que circulavam pelo pátio.

Ao lado do capitão estava o sargento do Exército Guilherme Pereira do Rosário, que morreu no carro, com a mão esquerda e as pernas decepadas. As testemunhas Rosane Rodrigues Garcia, Fátima Facuri e Ney Freitas de Oliveira, além de um vendedor de sanduíches, viram quando o capitão Wilson saiu do carro, com as vísceras expostas, "pedindo pelo amor de Deus que o ajudassem", enquanto repetia o nome do capitão Souza Pinto, do DOI-CODI. Após conseguir sentar-se nas escadarias da rampa principal do Rio-Centro, foi socorrido pelo sargento Walter, do Corpo de Bombeiros de Jacarepaguá, que conseguiu um automóvel para levá-lo ao Hospital Lourenço Jorge, na Barra da Tijuca.

No interior do Rio-Centro, a maioria das pessoas não ouviu a explosão, até que 20 minutos depois houve novo estouro, agora a 300 metros do pavilhão principal, na subestação de força que chegou a interromper o "show" por alguns minutos. Logo após as explosões, vários homens da segurança correram na direção do pátio B bem em frente ao centro de convenções. Nesse instante, vários carros começaram a manobrar para sair rapidamente da área até serem interceptados por agentes da segurança local, que sacaram suas armas e imobilizaram os motoristas. Estes identificaram-se como funcionários do Ministério do Exército e permaneceram ali, passando depois a ajudar no isolamento da área.

Ontem, o chefe da segurança do Rio-Centro, tenente César Vashchulequi mostrava-se exausto, dizendo que sua equipe teve muito trabalho antes e depois do "show", porque o policiamento pedido à PM não fora enviado: "Mandeí ofício pedindo 70 homens e não apareceu ninguém. O meu pessoal teve de se virar sozinho. Não sei explicar o que aconteceu. Por favor, não venham me fazer perguntas capciosas nem se eu sei os motivos pelos quais não foi enviado o policiamento ostensivo pedido pela RIOTUR".

OUTRA BOMBA

Uma mesa de escritório, um telefone, e o carpete da sala de recepção do jornal *A Hora do Povo*, em São Paulo, foram destruídos na madrugada de ontem, após o lançamento de um "coquetel Molotov", segundo informou o diretor do órgão, Cláudio Campos.

Dois moradores da Rua Vicente Prado, onde está localizado o prédio do jornal, viram dois homens parados à porta em horários diferentes durante a madrugada. Um deles comunicou o incêndio aos bombeiros, mas não quis se identificar, dizendo ter sido "ameaçado pela manhã".

PRESIDENTE ATENTO AO INQUÉRITO

General Gentil desmente sua exoneração

O Presidente João Figueiredo acompanha passo a passo o desenrolar das investigações em torno da explosão de duas bombas quinta-feira no Rio, uma das quais matou o sargento Guilherme Rosário e feriu gravemente o capitão do Exército Wilson Luiz Machado, que se encontrava dentro de um Puma estacionado no Rio-Centro. Ao fornecer a informação ontem à imprensa, o porta-voz do Planalto, Carlos Átila, negou que o general Gentil Marcondes Filho tenha sido exonerado ou pedido demissão. Um senhor grisalho, portanto uma prancheta na mão e aparentemente perito da polícia, confirmou a existência dentro do Puma de mais duas bombas, que foram desativadas, segundo ele, no local.

O PODER PARALELO

Brasília

Há um esforço notável para desesclarecer o caso das bombas no Rio-Centro. Não pode ser entendida de outra maneira a série incrível de equívocos cometidos por autoridades do nível do general Valdir Muniz, secretário da Segurança do Rio de Janeiro, que já está no encalço dos "materialistas" — leia-se comunistas — que praticaram o atentado.

Regimes ditatoriais permitem a montagem de farsas destinadas a iludir a opinião pública. Hitler fez isto no incêndio do Reichstag. Stalin nos processos de Moscou. Mas nas democracias a manobra é praticamente impossível, por causa da liberdade dos meios de comunicação.

Não adianta, por exemplo, o general Muniz declarar "absolutamente falsa" a notícia de que havia mais bombas dentro do carro. Milhões de pessoas as viram pela televisão, de modo que o desaparecimento dos petardos só agrava as coisas. Enquanto o secretário afirmava, de um lado, que o veículo pertencia ao capitão ferido, o general comandante do 1º Exército admitia que o oficial estava em serviço e usava um "chapa fria", fato confirmado pelo pai da vítima. A versão de que a bomba foi colocada no automóvel enquanto seus ocupantes estavam fora é pueril e contrária à prova testemunhal. Os dois militares não deixaram o carro, como atesta o motorista que estacionou ao lado. Com imprensa livre, certas manobras são impraticáveis.

Depois de uma longa série de atentados impunes, porque as investigações sobre as violências cometidas contra a esquerda nunca apuraram coisa nenhuma, o destino vingou-se da inoperância da máquina de segurança. Explodiu uma bomba dentro dela, em local público, para tornar impossível o abafamento do caso.

Talvez os esforços em curso para desesclarecer o atentado consigam relativo êxito junto às camadas menos preparadas da sociedade. Será sempre relativo esse êxito se a versão não convencer o General João Batista Figueiredo, Presidente da República, e alvo político de todas as bombas.

Os atentados são dirigidos contra a abertura conduzida pelo chefe do governo, para impedi-lo de continuar na mesma direção. Há um poder paralelo medindo forças com o poder de direito. Este quer uma coisa, aquele tenta impedir à custa de explosões. O poder paralelo até agora não dobrou o Presidente, mas tampouco o Presidente logrou vencer a disputa. A prova está nas explosões que ainda se registram.

Se, como os indícios sugerem, as bombas estavam no carro dirigido pelo capitão, o governo terá nas mãos todas as peças do quebra-cabeças. Bastará encaixar uma nas outras e terá diante de si o retorno do poder paralelo.

Ainda há pouco, na Espanha, o rei Juan Carlos realizou operação semelhante, com resultados surpreendentes. Um bom número de "amigos" estava do outro lado. — R.L.

Coluna do Castello

AS BOMBAS E O SECRETÁRIO

Brasília — Estranho dom de adivinhação tem o General Muniz, Secretário de Segurança do Rio de Janeiro. Uma bomba explodiu dentro de um automóvel, ocupado por dois militares. Um deles morreu na hora, o outro está internado no hospital e ainda não prestou qualquer declaração. Não houve testemunhas da cena noturna de explosão. Mas o General Muniz descreve com pormenores o que se passou: o Capitão manobrava o carro para sair do estacionamento, o sargento viu um objeto estranho, apanhou-o e a coisa explodiu. Essa convivência com o mistério é mais intensa: o General-Secretário sabe que os dois militares foram vítimas de um atentado terrorista e nega que tenha sido encontrada no interior do Puma uma segunda bomba, que não chegou a explodir. Algumas autoridades revelaram a existência do segundo petardo, mas, como essa existência é previamente contestada, a hipótese é de que essa bomba mergulhe nas sombras da eterna dúvida.

Os militares, pertencentes ao DOI-CODI, estavam em serviço. Usavam um carro chapa-fria e atuavam numa área em que uma concentração de dezenas de milhares de pessoas assistia a um show popular promovido pelo Cebra-de, uma associação de intelectuais e artistas de tendências socialista, comunista e liberal. Era um local apropriado para que se produzissem medidas de represália contra a abertura política e isso foi tentado, 20 minutos antes da explosão do automóvel, mediante o lançamento de uma bomba junto à estação transmissora de energia para iluminação do espetáculo. Não parece verossímil a hipótese de que a esquerda tivesse ressurgido como força terrorista precisamente naquele local e naquele momento, a não ser que estivessemos diante de um braço sul-americano das Brigate Rosse.

Mas estamos colhendo fatos significativos no noticiário dos jornais que informaram mais minuciosamente e mais credencialmente os acontecimentos. Respingados elementos para induzir a suspeições ainda puramente subjetivas, cabe assinalar a declaração do Ministro da Justiça de que "a bomba explodiu no Governo" e as cautelosas declarações dos chefes militares que disseram alguma coisa sobre o assunto, como, por exemplo, o Comandante do I Exército, que se dispõe a tudo apurar e a tudo revelar pois "o impacto maior é o impacto da mentira". O General-Ministro do Exército limitou-se a assegurar que o fato não afetará o projeto político do Governo.

As palavras do Ministro da Justiça trazem o eco de uma confidência de Getúlio Vargas, no dia seguinte ao atentado contra o jornalista Carlos Lacerda, confidência depois divulgada, de que a bala atirada contra seu adversário ricocheteou e lhe batera no peito. As situações de agosto de 1954 e de hoje são, no entanto e felizmente, diversas. O Presidente, que foi ao suicídio, percebeu que o crime se armara nos porões do Palácio do Catete, local a que chegariam os oficiais da Aeronáutica que investigaram o fato até o conhecido desfecho. A autoridade moral do Presidente fora afetada e, como se tratava de pessoa dotada de sentimento de honra, Getúlio procurou na morte o conforto e, com a morte, a resposta política aos seus inimigos.

Em 1981, não há uma guarda pretoriana nos porões do Palácio do Planalto e a isenção do Presidente não está posta de dúvida. Não se montam bombas nem se contratam facínoras no Palácio do Presidente. O problema do General Figueiredo está apenas em saber valer a sua autoridade para identificar, onde estiver, o centro de terrorismo inspirado obviamente nos bolsões radicais que insistem em usar maciça e clandestinamente métodos que, nos tempos da ditadura, usavam nas celas de tortura. Para tanto, o Presidente tem o apoio dos comandos e a solidariedade da opinião pública, representada pelos Partidos políticos e pelos órgãos em que se organizam os segmentos da sociedade civil.

Como disse o General Marcondes, o impacto maior é o da mentira. E a mentira aparece sob formas diversas, notadamente sob a forma de investigações políticas que apurem fatos para conhecimento de um círculo muito restrito a fim de que meça o Governo seu poder de punir e controlar eventuais centros de atividade subversiva instalados na sua periferia. Na ditadura, o círculo íntimo do Poder dito revolucionário de tudo sabia mas só transmitia para cima o que estava na medida da defesa das suas prerrogativas. Foi preciso que o Presidente Geisel demitisse um comandante de Exército para que tal anomalia fosse suprimida.

É preciso que ela não ressurgir agora. O Governo está ferido pelos estilhaços das bombas do Rio-Centro e de dezenas de outras bombas lançadas nos últimos tempos. Mas não é um bom indício que um General-Secretário de Segurança já saiba de tudo o que se passou na treva da noite no interior de um carro destruído, cujos dois passageiros foram silenciados pela morte ou por ferimentos profundos. É evidente que o General-Secretário, quando falou aos jornais, não sabia de nada. Se ele soubesse de tudo, isso seria muito grave.

— Carlos Castello Branco.

PARENTES NADA DIZEM NO HOSPITAL

Alguns parentes do Capitão Wilson Machado estiveram ontem de manhã no Hospital Miguel Couto, mas evitaram a imprensa e nada declararam. Acompanhado de um funcionário do hospital e de dois cidadãos à paisana, o grupo — duas mulheres e um homem — ficou 10 minutos no gabinete do diretor, Dr. Nova Monteiro.

Foi o funcionário do Miguel Couto que assistiu ao encontro quem disse tratar-se de parentes do capitão. Uma das mulheres era baixa, cabelos curtos e ligeiramente grisalhos nas têmporas, mais para gorda. A outra tinha tipo físico semelhante, embora mais jovem. O homem era também grisalho e tinha uma expressão consternada.

TESTEMUNHA VIU PUMA ÀS 21H10M

O Puma em que estavam o Capitão Wilson Chaves Machado e o Sargento Guilherme Pereira do Rosário ficou parado no estacionamento do Riocentro pelo menos entre 21h10m e 21h40m (horário da explosão), segundo uma das testemunhas, João de Deus, que estacionou seu Volkswagen, placa NV 7019, ao lado do carro dos dois militares.

João de Deus disse que chegou ao Riocentro precisamente às 21h — olhou para o relógio quando chegou, por causa da hora marcada para o início do espetáculo — e imediatamente se dirigiu para a área do estacionamento, onde restavam poucas vagas. Quando viu a vaga do lado direito do Puma, achou que seria bom “já que seria um ponto de referência para encontrar o carro à saída do show”.

Os dois homens

Entre a chegada ao Riocentro e o estacionamento, calcula que não se passaram mais de cinco minutos, “dez no máximo”. Estavam com João de Deus sua mulher, Isabel, e um amigo, João Abreu. Quando estacionou, notou que no interior do Puma havia dois homens, “o que estranhei um pouco”.

Ao sair do carro, “um boa noite instintivo” ao ocupante do banco direito do Puma, que não respondeu. Mas notou que a janela direita estava aberta. Os três dirigiram-se então para o interior do Riocentro, só saindo por volta das 3h, mas foram impedidos de entrar na área de estacionamento por policiais do Exército. Os três voltaram então para o interior do Riocentro, saindo por volta das 4h, quando a área de estacionamento já estava liberada.

O Puma ainda estava parado do lado direito do Volks, mas não havia mais ninguém em seu interior, e o Volks estava todo sujo, “chamuscado”. Nenhum dos três ouviu as explosões, devido à “acústica do Riocentro”, só sabendo do ocorrido quando saíram do Riocentro pela primeira vez.

João de Deus — que trabalha na Areza Veículos, perto do Riocentro, como responsável pela cantina e pela compra de peças — disse que não notou se os dois homens que estavam no interior do Puma carregavam algum pacote. “Olhei para eles instintivamente, sem fixar o olhar”.

“Tanto o Puma como o Volks só poderiam sair do local de marcha-à-ré, já que havia gelo baiano na frente dos dois carros”. Quando se dirigiu para seu carro, no final do espetáculo, os soldados que ainda estavam no local apenas perguntaram se o Volkswagen pertencia a ele. Ele confirmou. Pediram-lhe que abrisse o carro, revistaram-no, rapidamente “procurando alguma bomba, acho”, mas não pediram documentos nem revistaram ninguém.

GENERAL NEGA REUNIÃO EM BRASÍLIA

Brasília — O Chefe de Gabinete do Ministro do Exército, General Sérgio Ary Pires, negou ontem aos jornalistas que o Alto Comando do Exército (ou os generais que o integram e residem em Brasília) tivesse se reunido para tratar de problema ligado à explosão das bombas no Riocentro.

O General foi encontrado no final da tarde na Academia de Tênis de Brasília, onde disputava um torneio com o Ministro Jair Soares e com outros generais, dentre os quais o ex-Chefe do CIEEX, General Boscacci Guedes, e Roberto França Domingues (genro do General Orlando Geisel e Comandante do 1º Batalhão de Engenharia). Estranhou o interesse da imprensa na divulgação dos fatos relacionados com a explosão das bombas e a presença dos jornalistas na academia para ouvi-lo.

Segundo o General Sérgio de Ary Pires, está tudo muito tranquilo, tanto que ele passou o dia todo jogando tênis. Transferiu toda a responsabilidade pela apuração da explosão ao I Exército e disse que aguardava os resultados.

Negou com energia a realização de uma reunião do Alto Comando e quando os jornalistas contaram que o procuravam porque estavam cumprindo a missão, ele riu e disse que os jornais não deveriam preocupar-se tanto com o episódio.

VIÚVA SE RECUSA A DAR ENTREVISTA

D. Suely, viúva do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, não quis falar ao *Jornal do Brasil*, e pelo telefone, com voz consternada, negou ter dado entrevista a qualquer outro órgão da imprensa.

— Não falei de nada. Só sei o que vocês sabem. Só sei que ele morreu. Não sei das atividades dele. Só sei o que vocês sabem — repetiu — Não saí da minha casa (ontem) o dia inteiro e não recebi nenhuma visita.

— Como era o seu marido?

— Um homem muito bom. Bom pai, bom marido, bom esposo. Tinha um caráter muito elevado — limitou-se a comentar batendo o telefone.

Esta é a entrevista que o *Estado de São Paulo* publica em sua edição de hoje:

— “O Diretor do Hospital Miguel Couto, Professor Nova Monteiro, acredita que o Capitão Wilson Luiz Machado poderá deixar a Unidade de Tratamento Intensivo dentro de dois ou três dias, embora funcionários do hospital admitam a possibilidade de infecção das áreas atingidas pela explosão, o que agravaria muito o estado de saúde do militar.

A viúva do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, Suely, pediu ontem que o Presidente da República e o Comandante do I Exército “tomem providências para que essa cambada que está agindo por ali” não transforme seu marido em “bode expiatório”. “Meu marido” — disse ela — “está há mais de 10 anos nesta luta para acabar com os comunistas” e, por isso, acredita que “quem fez isso sabe o que ele era”. Suely negou-se, porém, em entrar em detalhes sobre o que seu marido teria feito no dia da explosão, alegando impedimento de “falar sobre certos assuntos”.

Bastante nervosa, afirmou que seu marido “era um homem íntegro e muito devotado a sua pátria e fodo mundo sabia que era um homem de integridade muito elevada”. Dizendo-se “revoltada com o *Jornal do Brasil*, Suely mostrava indignação contra um artigo publicado pelo jornal em sua edição de ontem, destacando este trecho: “Alguma surpresa? Nenhuma. Salvo a hipótese fantástica de uma diabólica transa de coincidências, aconteceu precisamente o que todos ansiosamente esperavam”.

O artigo mencionado por D. Suely, de autoria de Villas-Bôas Corrêa, intitula-se “A bomba explodiu no Planalto” e foi publicado em “Coisas da política”, na edição de ontem do *Jornal do Brasil*.

Comentário

A INSÔNIA DE FIGUEIREDO

As bombas no caminho da abertura

Antonio Fernando de Franceschi

As bombas do dia 30 no Rio de Janeiro colocam o Governo diante da última oportunidade de provar a sinceridade de seu projeto de abertura — e de conquistar o apoio de muitos, de muitíssimos que não tiveram até hoje razões para crer e se mantêm céticos ou sem esperanças.

A história costuma cobrar preço elevado por vacilações diante de momentos decisivos, quando somente medidas firmes e corajosas podem impedir o pior. Mais que de esperar, o país depende de firmeza do governo, porque sabe que somente com determinação inflexível se porá fim ao crescendo de insanidade que pretende impedir o retorno à democracia.

Brasília está vendo, com certeza, que a estas alturas as coisas caminham para um jogo de tudo ou nada. E que o que está em risco não é mais a imagem do Governo, e sim a própria estabilidade do regime.

Na tarde do dia 28 de agosto do ano passado, quando se iniciava a escalada fatídica de atentados com as primeiras vítimas na OAB e na Câmara dos Vereadores do Rio, o Presidente Figueiredo disse a parlamentares com os quais se reunia: “Passei a noite de ontem para hoje pensando em como fazer do nosso partido um instrumento de combate à violência; e como demonstrar à opinião pública, e ao povo brasileiro, as reais intenções do Governo e do Partido, e como estamos dispostos a não nos desviarmos daquela linha que inicialmente nos traçamos — de levar os país à normalidade democrática —, a despeito de quatro, vinte ou mil bombas que atirem sobre nossas cabeças”.

Pois bem, o Presidente teve ali a primeira oportunidade de provar sua intenção. E de passar a história como um verdadeiro estadista à altura da Nação, capaz de intimidar com sua coragem a maré montante da barbárie que perpetrara naquele momento um assassinato a sangue frio.

O que se viu depois, no entanto, ficou tudo a dever a esse ímpeto inicial. As investigações nada produziram senão o descrédito da eficiência com que deveriam ser conduzidas. O abandono ou não-aprofundamento de provas, o total descaso para com indicações fornecidas pela OAB ou mesmo por aquelas produzidas no curso do inquérito policial não permitem qualquer dúvida quanto à real intenção das autoridades: impunes os responsáveis, espera-se que o esquecimento possa cicatrizar feridas abertas a bombas na consciência da Nação.

Tudo como se o Governo não estivesse — talvez mais que as próprias vítimas — sendo também atingido pela escalada do terror. Tudo como se os agentes da violência não pudessem estar localizados — como muitos suspeitavam então e agora têm maiores motivos para isso — em esferas muito próxi-

mas do poder, ali onde os rumos da abertura despertam apenas medo e ressentimentos. E não faltaram ministros loquazes atribuindo má fé e ocultos intentos a todos os esforços realizados para cobrar providências e um mínimo de compostura.

Dia 28, oito meses transcorridos sem qualquer progresso na apuração dos fatos, a OAB divulgou uma nota expressando sua "decepção" com o resultado das investigações e manifestando, com premonitória certeza, o receio de que, "em consequência de tal conduta das autoridades, recrudescam — como aliás já começa a ocorrer — as ameaças e atos do terrorismo, visando impedir o restabelecimento da plenitude democrática". Palavras que se transformariam em profecia: dois dias depois mais bombas explodem, em novo atentado sangrento.

Como em agosto de 80, o Presidente Figueiredo deve ter perdido outra noite de sono, pensando em como estancar uma violência que mostrou não se atemorizar apenas com palavras. Não lhe deve ter escapado, certamente, quer perder a primeira oportunidade de opor-se a ela mais firmemente foi um erro gravíssimo.

Agora lhe resta uma segunda e derradeira chance. É importante que saiba que, se se decidir a exercê-la com determinação, assumindo suas responsabilidades até as últimas consequências, a nação estará com ele e será possível construir as bases de uma nova época digna de ser vivida. Mas, se hesitar em cumprir o papel que a história insiste em lhe oferecer, é inútil ter qualquer esperança de que o julgamento dos tempos lhe possa ser generoso, e de que o processo de abertura chegue a bom termo.

Folha de S. Paulo

Domingo, 3 de maio de 1981

NOTÍCIA DE MAIS BOMBAS É "IMPROCEDENTE"

Rio (Sucursal) — É a seguinte a íntegra da nota oficial do 1º Exército: "Ministério do Exército — comando do 1º Exército — nota para a imprensa (embargo para a imprensa televisada e falada até a zero hora de 3 de maio de 1981).

O Comandante do 1º Exército, passados os primeiros momentos após o inominável atentado que vitimou subordinados seus na área do Riocentro, na noite de 30 de abril, oportunidade em que divulgou nota relativa à ocorrência, vem a público para informar, confirmando, inclusive, declarações pessoalmente prestadas à imprensa:

1º) a bomba, que explodiu na instalação de força e luz do Riocentro, cerca de dez minutos após a explosão destruidora do automóvel, foi acionada por engenho de percussão ou similar;

2º) dados iniciais, colhidos no local, revelam serem improcedentes as notícias de que carro sabotado teria outros artefatos no seu interior;

3º) o fato de os laudos técnicos ainda não terem sido divulgados desaconselha qualquer conclusões apressadas que procurem correlacionar o tipo de explosão com as resultantes dele decorrentes;

4º) não houve gestões do comando do 1º Exército no sentido de remover, do Hospital Miguel Couto para o Hospital Central do Exército, o oficial vitimado que, aliás, se encontra muito bem assistido naquele nosocômio municipal;

5º) os militares em apreço agiam no estrito cumprimento de missões normais de rotina, determinadas pelo 1º Exército, responsável que é pela segurança interna em sua área, e que objetivava acompanhar e contribuir, da melhor forma, para reprimir, se necessário, ações de agitadores e subversivos; assim, interpretações malévolas a respeito vêm causando viva indignação aos integrantes do 1º Exército, traumatizados com tão torpe atentado;

6º) lembra, ainda, que o descrédito dos órgãos de segurança, de tão relevantes serviços prestados à tranquilidade pública, sempre foi meta buscada por elementos ou organizações subversivas.

Concluindo, esclarece que o inquérito policial militar mandado instaurar pelo comando do 1º Exército decorre do cumprimento de prescrições contidas na legislação penal militar."

As explosões no Riocentro

AUTORIDADES NÃO DIZEM ONDE SE ENCONTRA O CARRO

Rio (Sucursal) — O Puma que era ocupado pelo Capitão Wilson Luís Chaves Machado e pelo Sargento Guilherme Pereira do Rosário, foi retirado antecorrem à noite do pátio da 16ª Delegacia de Polícia, na Barra da Tijuca. A informação foi dada ontem pelo plantonista da Delegacia, que se identificou como Detetive Robson, acrescentando que quando chegou ao local, por volta das 8 horas de ontem, já não encontrou o carro.

O Detetive não soube explicar quem havia retirado o carro e para onde teria sido levado, apesar de a remoção exigir uma autorização por escrito, do Delegado-titular, e um memorando para o órgão que vai recebê-lo. Ele ape-

nas revelou ter ouvido comentários de que o Puma teria sido rebocado para o Quartel da Polícia do Exército, na rua Barão de Mesquita.

No Quartel, informou-se que o carro não estava. Por telefone as tentativas de esclarecimento também se frustraram, porque o oficial de dia, dava instruções para que não lhe fosse passada "qualquer ligação". A pessoa que atendeu ao telefone, e que não se identificou, chegou a dizer que o Puma estava no alojamento das tropas de choque, mas logo depois entrou em contradição, dizendo nada saber e que o carro não estava naquele local.

BOMBAS SERIAM DE GÁS LACRIMOGÊNICO

Tudo leva a crer que as bombas filmadas pela TV Globo no local da explosão — dois cilindros metálicos — são de gás lacrimogênico. A partir da 2ª edição do "Jornal Nacional", a direção da emissora decidiu não mais aproveitar o teipe, porque percebeu discrepâncias entre o texto e a imagem. Um perito, fotografado ao lado do Puma em que explodiu a bomba, informava à imprensa que havia "uma terceira bomba na parte de trás" do carro.

O diretor do Departamento Geral de Investigações Especiais, Delegado Newton Costa, negou a existência de outra bomba e até, sarcástico, disse que ia esperar os jornais do dia seguinte para saber de que tipo era ela. O Delegado Petrônio Romano Henrique, da 16ª Delegacia, depois de informar que vira o artefato, horas depois, se contradisse. E o General Gentil Marcondes, ao sair do hospital Miguel Couto, onde sexta-feira visitou o Capitão Machado, estabeleceu com os jornalistas o seguinte diálogo sobre a questão:

"P — Foram encontradas duas bombas intactas, no carro. Como o Senhor vê isso?

R — Não foram encontradas duas bombas. Apenas uma, pelo que sei. E uma segunda, que explodiu na caixa de força.

P — Mas, além dessas duas, os peritos encontraram e desarmaram outras duas. Há até imagens de TV e fotos mostrando.

R — A notícia que tenho não diz nada disso. Eu realmente li isso nos jornais. Procurei confirmar mas não consegui."

Pouco antes ao deixar o cemitério do Irajá onde o Sargento foi enterrado, falou de novo com os jornalistas:

"P — As duas bombas que estariam dentro do carro teriam sido desativadas?

R — Ao que sei, só existiu uma bomba, a que explodiu.

P — Mas não havia duas outras bombas desativadas no carro?

R — Só havia uma bomba que explodiu. Pelo menos, é a informação que me proporcionaram até agora."

(Folha de S. Paulo)

JOÃO CONTA O QUE HOVE ANTES DO "SHOW"

Na noite de quinta-feira, o Capitão Wilson não parecia disposto a conversar, pois manteve o semblante fechado e não respondeu ao cumprimento de João de Deus Pereira Ramos, que, por volta de 21 horas, estacionou seu carro ao lado do Puma, onde estavam os dois militares.

João de Deus — funcionário de uma agência de automóveis "e poeta nas horas vagas" — cumprimentou o Capitão por considerar tal atitude "normal entre pessoas educadas". Sentiu-se até ofendido com a reação do militar. Por isso, não prestou maior atenção aos ocupantes do Puma.

"Dei uma olhada rápida quando cumprimentei — revelou — e notei que o sujeito na direção parecia ter a barba por fazer. Como ele nem olhou para o nosso lado, segui em frente. Andei um pouco, olhei para trás e o Puma continuava lá, ao lado do meu carro. Cheguei a comentar com minha mulher, Isabel que eu tinha colocado o Volkswagen — que não é meu, mas da agência — num ponto estratégico. Isso porque era o único carro claro (o veículo é bege, quase branco) no meio de um bando de carros coloridos".

Segundo João de Deus, o estacionamento, naquele ponto, estava cheio. Como, porém havia muitas pessoas dirigindo-se ao galpão onde foi realizado o "show", levou mais de cinco minutos para chegar até a bilheteria. João supõe que somente depois de cinco a sete minutos, após ter estacionado, conseguiu entrar no recinto. Suas declarações contradizem as do Secretário de Segurança, General Waldir Muniz, para quem a bomba teria explodido logo que os militares entraram no carro.

"Até entrarmos, não notamos nada de anormal — contou João de Deus. O ambiente estava tranquilo e não ouvimos nada parecido com uma explosão nem mesmo lá dentro."

Ele, a mulher e o amigo que os acompanhava — cujo nome se recusa a dar — somente notaram que algo tinha acontecido às 3 horas da manhã, quando decidiram abandonar o "show", que continuava, e voltar para casa. Ao tentarem dirigir-se para o estacionamento, foram impedidos pelos soldados da PM, que tinham interditado o local. Para evitar problemas, os três decidiram voltar e assistir ao final do espetáculo. Cerca de meia hora depois, voltaram e notaram que todos os carros já tinham sido liberados.

"Naquela área, só tinha o Puma e o meu carro — observou. Fomos até lá e eu, como sou um sujeito muito aberto, fui logo falando com o comandante: "Tudo bem?" Esse foi meu azar, pois, então, os repórteres notaram que eu estava com o Volkswagen e, a partir desse momento, não me deixaram mais em paz."

O carro foi liberado logo depois de ter sido vistoriado pela Polícia. Segundo João de Deus, o Volkswagen não sofreu danos sérios, mas a carroceria ficou chamuscada e com resíduos de pele humana.

FAMÍLIAS DAS VÍTIMAS NÃO SÃO LOCALIZADAS

Rio (Sucursal) — Tanto a família do capitão Machado, que sobreviveu, quanto a família do sargento Guilherme Pereira do Rosário não foram localizadas ontem. A viúva do sargento, d. Sueli J. do Rosário, seus filhos Marcos (16 anos) e Guilherme Jr. (10 anos) não voltaram para casa no bairro do Irajá, e d. Sueli também não foi à boutique Iramar Modas, onde ela trabalhava.

O capitão, 34 anos, é filho de Jupira e Teófilo Machado, ele gerente de uma farmácia no centro. Há dois anos, quando casou com d. Marli, filha de um pipoqueiro na praça Varnhagen — o capitão mudou-se do apartamento de seus pais, onde morou 17 anos. Criou-se e continua morando na Tijuca, um bairro de classe média.

José Augustinho da Paixão, 56 anos, sogro do capitão Machado, classifica-o como "pessoa honrada, porque é batedor do Presidente Figueiredo quando ele vem ao Rio. É um "cara legal e sempre fala na filha Daniela. Eu conheço o capitão desde que ele era garoto e sempre foi um homem honrado. Minha filha, Marli está casada com ele há dois anos e nunca teve reclamações". Sabe-se que o capitão no final do ano passado sofreu uma queda de motocicleta, quebrando os dois braços. O capitão Machado serviu na Amazônia, numa unidade de treinamento antiinsurrecional (Batalhão de Infantaria de Selva, em Itaituba).

O Amigo

Uma pessoa que prestou socorro ao capitão, imediatamente após a explosão, revelou que ele perguntou: "Onde está meu amigo? Chame o Sousa Pinto."

Segundo um dos médicos de plantão no Hospital Miguel Couto, um homem, que dizia ser do DOI-CODI e chama-se Sousa Pinto, esteve no Hospital, de madrugada. Não foi revelado sua patente, mas existe no Exército um Tenente-Coronel da arma da Engenharia. Antônio Carlos de Sousa Pinto, que pertence ao quadro técnico e é qualificado como especialista em armamentos, com curso sobre guerra química.

Jornal do Brasil

ABI-ACKEL DIZ QUE BOMBA EXPLODIU NO GOVERNO

Gentil revela que militares cumpriam missão

O Comandante do I Exército, General Gentil Marcondes Filho, declarou que os militares atingidos pela bomba no estacionamento do Riocentro estavam "em missão de informações, a serviço do I Exército". Ao ser indagado sobre se o Capitão Wilson Luís Chaves Machado era vítima ou autor das explosões, respondeu: "É vítima, óbvio, até que se possa provar o contrário." Disse, ainda, que se tratou de um "atentado, intencional ou não".

Gentil foi ao enterro do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, sepultado às 13h 30m no cemitério de Irajá, com honras militares. Às 14h chegava ao Hospital Miguel Couto para prestar solidariedade ao Capitão Wilson e à sua família. Em entrevista, no Hospital, afirmou que o "impacto maior é o da mentira" e prometeu: "O que for apurado será divulgado; temos interesse nisso".

O Capitão Wilson Machado foi operado durante toda a madrugada. No início da noite de ontem, um boletim médico informava que seu estado é grave, mas que não corre perigo de vida iminente. O diretor do Miguel Couto, Dr. Nova Monteiro, garantiu que o Capitão não será removido do hospital nas próximas 72 horas, apesar de já estar lúcido e respirar espontaneamente.

No Instituto Médico Legal, para onde foi levado o corpo do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, sua família estava desesperada. A viúva, D. Sueli, revelou que o sargento trabalhava para o DOI-CODI, mas, ao perceber que conversava com um repórter, disse: "Eles me proibiram de falar. Não me pergunte mais nada". No Hospital Miguel Couto, o Capitão Sousa Pinto e o Capitão César informaram que seu colega Wilson Machado também serve no DOI-CODI.

O Secretário de Segurança, General Waldir Muniz, contou em entrevista por ele convocada que "um Comando Delta, telefonou para o Riocentro avisando das explosões uma hora antes" e que os dois militares destacados para a segurança do local "foram pegos de surpresa, quando o Capitão dava

marcha à ré. O sargento viu o petardo dentro do carro e, quando pegou, ele explodiu".

— Esta bomba explodiu dentro do governo — disse o Ministro da Justiça, Ibrahim Abi-Ackel, ao repudiar as explosões ocorridas quinta-feira à noite no Riocentro. O Ministro garantiu, no entanto, que o episódio não afetará o processo de abertura democrática. O Presidente Figueiredo receberá segunda-feira os primeiros resultados das investigações sobre o atentado.

O Ministro do Exército, Walter Pires, e o da Aeronáutica, Délio Jardim de Matos, resusaram-se a comentar o atentado, o primeiro por reservar-se a falar em atos oficiais, e o segundo por não se julgar suficientemente informado sobre o assunto.

Para o Senador Teófilo Neves, "a bomba é o último estertor da reação batida nas urnas e varrida de suas posições". O Secretário-Geral do PMDB, Senador Pedro Simon, disse temer a impunidade pela série de violências terroristas, e lamentou "a incompetência do Governo em apurar as responsabilidades".

Uma fonte do Palácio do Planalto revelou que a notícia das explosões no Rio foi recebida pelo Governo com "constrangida surpresa". Segundo a mesma fonte, para os comandos militares, "surgiu o primeiro fio da meada" que poderá permitir um levantamento completo do esquema do terror. Para esta fonte, Brasília respirou com alívio quando os boletins médicos divulgaram que o Capitão Wilson Machado já não corria risco de vida. A bomba explodiu nas mãos do Sargento Guilherme Pereira do Rosário, ele a mantinha na altura do abdome, dilacerado pelo impacto, que causou lesão às suas pernas, braços e mãos — ossos foram atirado longe. À esquerda do sargento, o Capitão Wilson Luís Chaves Machado dirigia o carro, com as pernas protegidas pelo túnel da caixa de marchas e o console do câmbio. Seu abdome, sem proteção, foi gravemente atingido, o que não ocorreu com o tórax, protegido pelo braço direito (deste, toda a musculatura foi destruída), que empunhava o volante ou o câmbio; seu rosto foi atingido no lado direito. No Riocentro, quando peritos examinavam o carro, o delegado Petrólio Roman, da 16ª DP, disse que havia uma segunda bomba dentro do carro — e que não explodiu. Ela foi desativada por um técnico do DPPS e o chefe da equipe — um homem de cabelos grisalhos, 1,70 m de estatura aproximadamente de calça jeans camisa escura, fazendo anotações numa prancheta — explicou que ela só não explodiu porque não foi afetada pelo deslocamento de ar da outra explosão. Apesar de periciado pelo Exército e pela Polícia Civil, o carro ficou ontem à tarde num terreno baldio em frente à delegacia como o cartão de estacionamento no Riocentro, fitas cassete e um rolo de fita adesiva (fixa objetos em superfícies lisas) — material que interessaria à investigação do atentado.

FALE QUEM DEVE

Apesar de considerado explosivamente franco, o general João Figueiredo sabe travar a língua segundo certas conveniências. Que o digam o estranhíssimo silêncio que tem mantido sobre a onda de prorrogação dos mandatos, e velhas restrições mentais como aquela sobre as sublegendas, cuja abolição seu partido negociou com os dirigentes oposicionistas, mas de cujo acordo ele não tomou conhecimento por não se haver diretamente comprometido. Às vezes, o atual Presidente pode lembrar o menino que preferiu perder a bicicleta, mas disse nomes bem feios, durante o jantar; é verdade, também, entretanto, que em assuntos de fundamental importância só expõe idéias muito gerais, sem definir como pretende levá-las a cabo.

Em regime presidencialista, o Chefe de Estado é a peça-mestra de todo o mecanismo governamental; em um sistema autoritário muito mais do que isso. Diz-se e apregoa-se que a posição do general Figueiredo, a favor de continuada distensão democratizadora, tem sido um dos fatores decisivos de não termos retrocedido ao que alguns trogloditas consideram bons tempos. E há muita verdade nisso, pois, sem a menor dúvida, personalidades militares, eminentes pelos altos postos que ocupam, encaram com redobradas desconfianças as consequências normais da abertura política, enquanto em meios parlamentares e outros, alguns personagens manipulados desempenham nítido papel de provocação. Nessa situação o personagem principal do sistema não pode omitir-se deixando que o ambiente se obscureça ainda mais.

Rio de Janeiro

Deseja-se pouco. Apenas que, em prazo útil, o governo defina seus objetivos, que são os mais importantes de todos, pela razão bem simples de que está em suas mãos o poder decisório, e ainda dispõe de maioria parlamentar, embora expirante. Os diversos conselheiros, delegados e porta-vozes do situacionismo tergiversam as questões, quando dizem que as oposições partidárias estão apresentando ultimatos ao Planalto. Foi o próprio João Figueiredo quem anunciou ao País que solicitaria reforma eleitoral ao Legislativo. E isso foi em novembro, no Dia da Bandeira, para lembrar-se

a data precisa, quando a Mesa do Congresso e alguns líderes foram levar-lhe a Emenda nº 15, que restabeleceu certos pleitos diretos.

Correram seis meses, que não parecem bastar. Além dos dezesseis anos e tanto, a partir de 1964, tempo que não há de ser curto para que os militares vitoriosos, como o general Figueiredo, saibam o que desejam propor ao País.

Pede-se pouco e não muito. Que o chefe do governo homem de palavra tão fácil, diga até quando pretende manter em suspenso o País e que desautorize, de pronto, duas manobras em curso: a da prorrogação dos mandatos e a da reelegibilidade dos atuais governantes, informando quando enviará ao Congresso seu adiado projeto. Não gastará muito fôlego; desde que seja claro. — N.R.

I EXÉRCITO AFIRMA QUE NÃO HAVIA MAIS BOMBAS

O Comando do I Exército distribuiu nota à imprensa sobre o atentado de quinta-feira, no Rio-Centro, na qual afirma que as primeiras investigações "revelam serem improcedentes as notícias de que o carro sabotado teria outros artefatos no seu interior".

A nota diz ainda que os militares atingidos pela explosão de uma das bombas "agiam no estrito cumprimento de missões normais de rotina" e que "o fato de os laudos técnicos ainda não terem sido divulgados, desaconselha quaisquer conclusões apressadas que procurem correlacionar o tipo de explosão com as resultantes dele decorrentes".

Diz a nota, assinada pelo Comandante do I Exército, general Gentil Marcondes Filho:

"O Comandante do I Exército, passados os primeiros momentos após o inominável atentado que vitimou subordinados seus na área do Rio-Centro, na noite de 30 de abril, oportunidade em que divulgou nota relativa à ocorrência, vem a público para informar, confirmando, inclusive, declarações pessoalmente prestadas à imprensa:

1º) a bomba, que explodiu na instalação de força e luz do Rio-Centro, cerca de dez minutos após a explosão destruidora do automóvel, foi acionada por engenho de percussão ou similar;

2º) dados iniciais, colhidos no local, revelam serem improcedentes as notícias de que o carro sabotado teria outros artefatos no seu interior;

3º) o fato de os laudos técnicos ainda não terem sido divulgados desaconselha quaisquer conclusões apressadas que procurem correlacionar o tipo de explosão com as resultantes dele decorrentes;

4º) não houve gestões do Comando do I Exército no sentido de remover, do Hospital Miguel Couto para o Hospital Central do Exército, o oficial vitimado que, aliás, se encontra muito bem assistido naquele nosocômio municipal;

5º) os militares em apreço agiam no estrito cumprimento de missões normais de rotina, determinadas pelo I Exército, responsável que é pela segurança interna em sua área, e que objetivava acompanhar e contribuir, da melhor forma, para reprimir, se necessário, ações de agitadores e subversivos; assim, interpretações malévolas a respeito vêm causando viva indignação aos integrantes do I Exército, traumatizados com tão torpe atentado;

6º) lembra, ainda, que o descrédito dos órgãos de segurança, de tão relevantes serviços prestados à tranquilidade pública, sempre foi meta buscada por elementos ou organizações subversivas.

Concluindo, esclarece que o Inquérito Policial Militar mandado instaurar pelo Comando do I Exército decorre do cumprimento de prescrições contidas na legislação penal militar."

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Concedo a palavra ao nobre Senador Nilo Coelho, como Líder do Partido Democrático Social.

O SR. NILO COELHO (PDS — PE. Como Líder, pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Subo à tribuna confortado. Este instante de homem público, eu o vivo com emoção.

Raras vezes ouvi um discurso com tanta atenção e ouvi palavras de tanto equilíbrio como as que foram proferidas aqui pelo nobre Senador Roberto Saturnino. Justiça se faça a esta Casa: é indiscutível a Câmara Alta deste País.

Hora difícil, a que atravessamos. Ninguém veio aqui agravar o instante nacional; aqui veio a palavra séria; aqui foram transcritos os melhores editorialistas do País, mas foi dito, também, aquela frase final que a Nação inteira esperava. E a Nação inteira espera um basta a este clima que estamos vivendo.

Mas, o que a Liderança do Governo vem dizer neste instante é que retornará aqui, dentro em poucas horas, para, conscientemente, prudentemente, dizer uma palavra de esclarecimento à Nação. Dois inquéritos estão sendo processados, estão sendo conduzidos: um na área do Governo do Rio de Janeiro e o outro na área do Ministério do Exército, e estes dois inquéritos, dentro em pouco virão dizer à Nação o que se passou no

Rio-Centro. E é o Presidente da República quem vai esclarecer a opinião pública, porque ele tem compromissos assumidos com a Nação inteira de não interromper o processo de redemocratização deste País, e para isto ele não vai medir esforços, está empenhada a sua palavra, o seu compromisso, e a sua fidelidade à memória de seu pai. E porque tendo ele esse empenho e essa fidelidade à memória de seu pai, este compromisso perante a Nação, que não faltará. Temos a certeza agora de que, contando com a unanimidade política da Nação, chegaremos ao fim dessas perturbações e será dado um basta ao terrorismo neste País.

Eu não tenho dúvidas de que este instante decisivo que atravessa a Nação encontrou agora o corredor apertado, porque as forças vivas políticas do País se entenderam num denominador comum de salvação nacional da democracia que todos nós desejamos para o Brasil. (Muito bem! Palmas.)

Não analisarei os tristes episódios. Não comentarei as notas apressadas de autoridades que não deviam ter falado e, por isto mesmo, não me deterei no episódio, porque a hora é muito séria, a hora exige reflexão. Todos nós devemos repensar neste instante, porque está em jogo o nosso destino, a sobrevivência desta Casa. E porque está em jogo a sobrevivência desta Casa, a nossa abertura política, aquela consolidação democrática que todos nós queremos encontrar, nós temos que, neste instante, unidos, fortalecer uma decisão que há de ser aquela que a Nação inteira, que condena esses atos de terrorismo, deseja, para a tranquilidade da boa hora, necessária à paz social e ao trabalho construtivo do País.

Srs. Senadores, em meu nome e em nome do meu Partido, o reconhecimento a todos que fazem oposição, que aqui falaram pela sua voz. Tenha a certeza do meu compromisso de aqui voltar a trazer a palavra do Governo, dizendo dos novos destinos, dizendo do caminho e apontando os responsáveis pela desordem, que serão punidos, tenha certeza a Nação brasileira. (Muito bem! Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Cunha Lima) — Concedo a palavra ao nobre Senador Mauro Benevides, para uma comunicação.

O SR. MAURO BENEVIDES (PMDB — CE. Para uma comunicação.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Ao chegar a Brasília, na manhã de hoje, após cumprir missão oficial, como integrante do Grupo Brasileiro da União Interparlamentar, tomei conhecimento de que faleceu, ontem, na Capital do meu Estado, o Dr. Egberto de Paula Rodrigues, ex-Deputado Federal e vulto de expressão em nossos círculos sociais, políticos e desportivos.

Herdado de seu inolvidável pai, o Senador Tomaz de Paula Pessoa Rodrigues, um comando partidário dos mais prestigiosos e atuantes, o extinto liderou, juntamente com José Sabóia de Albuquerque e Gentil Barreira, ponderável correligionário de opinião na zona norte do Ceará, o que lhe permitiu eleger-se para a Câmara dos Deputados, logo após a redemocratização do País em 1945, quando se filiou à União Democrática Nacional, de cujos postulados foi um dos seus mais ardorosos defensores.

Afastado, anos depois, da militância partidária, era sempre ouvido pelos seus antigos correligionários, oferecendo-lhes sábia orientação e lúcidas diretrizes, conseqüentes de seu tirocínio, experiência e espírito público notáveis.

Dedicando-se à agropecuária, transformou-se num dos mais abastados proprietários rurais, concorrendo pelo seu esforço e descortino para o desenvolvimento daquele importante setor de nossa economia.

Acometido, há cerca de três anos, por uma trombose, conseguiu recuperar-se admiravelmente, graças à tenacidade evidenciada ao longo do tratamento a que se submeteu, voltando ao desempenho de seus encargos com a mesma disposição e empenho.

Durante o recesso parlamentar, quando se esboçava o espectro da adversidade climática, conversei longamente com Egberto de Paulo Rodrigues, recolhendo as suas impressões quanto aos efeitos da calamidade, bem assim oportunas sugestões para o seu combate em toda a área do polígono das Secas. Entusiasta da pequena e média açudagem, reclamava uma maior alocação de recursos a isso destinados, suplicando-se o DNOCS da carência de que atualmente se ressentia para levar a cabo uma programação intensiva e eficaz.

Como desportista, presidiu com invulgar dinamismo o Maguary Esporte Clube, projetando-o nacionalmente através de promoções significativas, que lograram, na época, extraordinária repercussão.

Na diretoria do Jockey Clube Cearense e do Fortaleza Esporte Clube, fez parte, em seguidas gestões, integrando durante mais de duas décadas os respectivos Conselhos Deliberativos.

Egberto de Paula Rodrigues, a requerimento da bancada cearense na outra Casa do Congresso, terá a sua memória ali reverenciada, num preito de reconhecimento ao que lhe foi dado fazer pelo Ceará e pelo Nordeste.

Também o Senado não poderia omitir-se na prestação deste justo testemunho de enaltecimento a um cidadão de bem, que honrou e dignificou a sua terra e a sua gente. (*Muito bem!*)

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está finda a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA

Não há *quorum* para deliberação. Em consequência, não serão submetidas a votos as matérias constantes da pauta de hoje, ficando sua apreciação adiada para a próxima sessão.

São os seguintes os itens cuja apreciação é adiada:

— 1 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1980

(Em regime de urgência — art. 371, “c”, do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências, tendo parecer oral, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela rejeição.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1979-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 710 a 712 e 1.029 a 1.031, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), favorável, com emenda nº 3-CCJ, que apresenta; 3º pronunciamento: (prestando esclarecimento solicitado pela Comissão do Distrito Federal);
- do **Distrito Federal** — 1º pronunciamento: favorável, nos termos das Emendas de nºs 1 e 2-DF, que apresenta, com voto vencido, em separado, do Senhor Itamar Franco;
- 2º pronunciamento: favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de **Finanças**, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão do Distrito Federal, com voto vencido dos Senadores Affonso Camargo e José Richa.

— 3 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 1977 — Complementar, do Senador Itamar Franco, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), tendo

PARECERES, sob nºs 222 e 1.233, de 1979, e 1.013, de 1980, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento — pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Tancredo Neves, Cunha Lima, Hugo Ramos e Amaral Furlan; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), ratificando seu parecer anterior; e
- 3º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), mantendo seus pareceres anteriores, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

— 4 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1979 — Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971, tendo

PARECERES, sob nºs 43 e 1.005, de 1980, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário): mantendo seu pronunciamento anterior, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 172, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.259 e 1.260, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 177, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.273, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.274 e 1.275, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 178, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.277, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.278 e 1.729, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 179, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.280, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.281 e 1.282 de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 180, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.283, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.284 e 1.285, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.286, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.287 e 1.288, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.289, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.290 e 1.291, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 12 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.292, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.293 e 1.294, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 13 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.295, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Duerê (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.296 e 1.297, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 14 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 189, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.310, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.311 e 1.312, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 15 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 194, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.325, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.326 e 1.327, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 16 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 201, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 1.345, de 1980, com voto vencido, em separado, do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar programas do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.346, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 17 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 4, de 1981, com voto vencido do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento agropecuário do Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 5 e 6, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 18 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 108, de 1981, com voto vencido dos Senadores José Fragelli e Affonso Camargo), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a financiar o programa de investimentos urbanos, tendo

PARECERES, sob nºs 109 e 110, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 19 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de engenheiros e arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências, tendo

PARECERES, sob nºs 863 a 865, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de número 1-CCJ;
- de Legislação Social, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de Educação e Cultura, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 20 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o art. 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 —, e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Cunha Lima e voto vencido dos Senadores Franco Montoro e Tancredo Neves.

— 21 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

— 22 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 23 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 24 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador Itamar Franco. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena. (Pausa.)

S. Exª desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aloysio Chaves. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Henrique Santillo. (Pausa.)

S. Ex^a desiste da palavra.

Concedo a palavra ao nobre Senador Gastão Müller. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador Aderbal Jurema. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Lins. (Pausa.)

S. Ex^a não está presente.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Não há mais oradores inscritos.

Nada mais havendo que tratar, vou encerrar a presente sessão, designando para a de amanhã a seguinte

ORDEM DO DIA

— 1 —

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 70, DE 1980

(Em regime de urgência — art. 371, "c", do Regimento Interno)

Projeto de Lei do Senado nº 70, de 1980, do Senador Humberto Lucena, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências, tendo parecer oral, da Comissão de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade, juridicidade e, no mérito, pela rejeição.

— 2 —

Votação, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 303, de 1979-DF, que institui a taxa de limpeza pública no Distrito Federal, e dá outras providências, tendo

PARECERES, sob nºs 710 a 712 e 1.029 a 1.031, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela constitucionalidade e juridicidade; 2º pronunciamento: (reexame solicitado em plenário), favorável, com emenda nº 3-CCJ, que apresenta; 3º pronunciamento: (prestando esclarecimento solicitado pela Comissão do Distrito Federal);
- do **Distrito Federal** — 1º pronunciamento: favorável, nos termos das Emendas de nºs 1 e 2-DF, que apresenta, com voto vencido, em separado, do Senhor Itamar Franco; 2º pronunciamento: favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de **Finanças**, favorável ao Projeto e às emendas da Comissão do Distrito Federal, com voto vencido dos Senadores Affonso Camargo e José Richa.

— 3 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 305, de 1977 — Complementar, do Senador Itamar Franco, que dá nova redação aos parágrafos 2º, 3º, 4º e 5º, e acrescenta parágrafos (antigos e novos) à Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 (Código Tributário Nacional), tendo

PARECERES, sob nºs 222 e 1.233, de 1979, e 1.013, de 1980, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça**, 1º pronunciamento — pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Tancredo Neves, Cunha Lima, Hugo Ramos e Amaral Furlan; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), ratificando seu parecer anterior; e 3º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário), mantendo seus pareceres anteriores, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

— 4 —

Votação, em turno único (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 196, de 1979 — Complementar, do Senador Franco Montoro, que dispõe sobre o pagamento de pensão aos dependentes do trabalhador rural falecido antes de 31 de dezembro de 1971, tendo

PARECERES, sob nºs 43 e 1.005, de 1980, da Comissão:

- de **Constituição e Justiça** — 1º pronunciamento: pela inconstitucionalidade, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima; 2º pronunciamento — (reexame solicitado em plenário): mantendo seu pronunciamento anterior, com voto vencido dos Senadores Leite Chaves e Cunha Lima.

— 5 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 172, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.258, de 1980), que autoriza o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul a elevar em Cr\$ 1.785.620.157,75 (um bilhão, setecentos e oitenta e cinco milhões, seiscentos e vinte mil, cento e cinquenta e sete cruzeiros e setenta e cinco centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.259 e 1.260, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 6 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 177, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.273, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Mossoró (RN) a elevar em Cr\$ 315.464.652,36 (trezentos e quinze milhões, quatrocentos e sessenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e dois cruzeiros e trinta e seis centavos) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.274 e 1.275, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 7 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 178, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.277, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Rio das Pedras (SP) a elevar em Cr\$ 29.983.645,00 (vinte e nove milhões, novecentos e oitenta e três mil e seiscentos e quarenta e cinco cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.278 e 1.279, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 8 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 179, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.280, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Joaquim (SC) a elevar em Cr\$ 1.530.000,00 (um milhão, quinhentos e trinta mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.281 e 1.282 de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 9 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 180, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.283, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Araripina (PE) a elevar em Cr\$ 2.600.000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.284 e 1.285, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 10 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 181, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.286, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Arês (RN) a elevar em Cr\$ 1.448.100,00 (um milhão, quatrocentos e quarenta e oito mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.287 e 1.288, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 11 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 182, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.289, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campina Grande (PB) a elevar em Cr\$ 23.600.000,00 (vinte e três milhões e seiscentos mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.290 e 1.291, de 1980, das Comissões:

- de **Constituição e Justiça**, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de **Municípios**, favorável.

— 12 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 183, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.292, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Campos Belos (GO) a elevar em Cr\$ 895.100,00 (oitocentos e noventa e cinco mil e cem cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.293 e 1.294, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 13 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 184, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.295, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Duerê (GO) a elevar em Cr\$ 767.700,00 (setecentos e sessenta e sete mil e setecentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.296 e 1.297, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 14 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 189, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.310, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Pedro Velho (RN) a elevar em Cr\$ 2.909.300,00 (dois milhões, novecentos e nove mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.311 e 1.312, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 15 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 194, de 1980 (apresentado pela Comissão de Economia como conclusão de seu Parecer nº 1.325, de 1980), que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 37.265.300,00 (trinta e sete milhões, duzentos e sessenta e cinco mil e trezentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada, tendo

PARECERES, sob nºs 1.326 e 1.327, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 16 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 201, de 1980 (apresentado pela Comissão de Finanças, como conclusão de seu Parecer nº 1.345, de 1980, com voto vencido, em separado, do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Goiás a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar programas do Estado, tendo

PARECER, sob nº 1.346, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade.

— 17 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 1, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 4, de 1981, com voto vencido do Senador Lázaro Barboza), que autoriza o Governo do Estado de Pernambuco a realizar empréstimo externo no valor de US\$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares norte-americanos) ou o equivalente em outra moeda, destinado ao desenvolvimento agropecuário do Estado, tendo

PARECERES, sob nºs 5 e 6, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 18 —

Votação, em turno único, do Projeto de Resolução nº 21, de 1981 (apresentado pela Comissão de Finanças como conclusão de seu Parecer nº 108, de 1981, com voto vencido dos Senadores José Fragelli e Affonso Camargo), que autoriza a Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul (SP) a realizar operação de empréstimo externo, no valor de US\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de dólares norte-americanos), destinado a financiar o programa de investimentos urbanos, tendo

PARECERES, sob nºs 109 e 110, de 1981, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade; e
- de Municípios, favorável.

— 19 —

Votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei do Senado nº 351, de 1979, do Senador Roberto Saturnino, que dispõe a respeito da especialização de engenheiros e arquitetos em "Engenharia de Segurança do Trabalho" e da profissão de "Técnico de Segurança do Trabalho" e estabelece providências, tendo

PARECERES, sob nºs 863 a 865, de 1980, das Comissões:

- de Constituição e Justiça, pela constitucionalidade e juridicidade, com emenda que apresenta, de número 1-CCJ;
- de Legislação Social, favorável ao Projeto e à Emenda da Comissão de Constituição e Justiça; e
- de Educação e Cultura, favorável ao projeto e à emenda da Comissão de Constituição e Justiça.

— 20 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 49, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que eleva o valor da importância a ser depositada em favor do empregado, quando rescindido seu contrato sem justa causa, alterando o art. 6º da Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço — 5.107, de 13 de setembro de 1966 —, e determina outras providências, tendo

PARECER, sob nº 1.026, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade, com voto vencido, em separado, do Senador Cunha Lima e voto vencido dos Senadores Franco Montoro e Tancredo Neves.

— 21 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 357, de 1979, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os coveiros e empregados em cemitérios, tendo

PARECER, sob nº 1.006, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela injuridicidade, com voto vencido dos Senadores Cunha Lima e Leite Chaves, e voto em separado do Senador Aderbal Jurema.

— 22 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 142, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, alterando dispositivo da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Previdência Social, tendo

PARECER, sob nº 1.034, de 1980, da Comissão

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 23 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 146, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que isenta do imposto de renda o 13º-salário, tendo

PARECER, sob nº 64, de 1981, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade.

— 24 —

Votação, em primeiro turno (apreciação preliminar da constitucionalidade e juridicidade, nos termos do art. 296 do Regimento Interno), do Projeto de Lei do Senado nº 163, de 1980, do Senador Orestes Quêrcia, que dispõe sobre a concessão de aposentadoria especial para os garçons, tendo

PARECER, sob nº 1.009, de 1980, da Comissão:

- de Constituição e Justiça, pela inconstitucionalidade e injuridicidade.

O SR. PRESIDENTE (Passos Pôrto) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 15 horas e 40 minutos.)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. EVANDRO CARREIRA NA SESSÃO DE 9-4-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. EVANDRO CARREIRA (PMDB — AM. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

O tempo é exíguo mas, pelo menos, teremos oportunidade de gritar: Aleluia! Aleluia, Sr. Presidente. O Estado hospício vai desativar o programa nuclear. Isso é verdadeiramente digno dos maiores aplausos. É digno de toda a Nação brasileira sair a gritar Aleluia! Hosana! O Estado hospício reverteu a sua concepção energética e vai desativar o famigerado projeto nuclear.

Quem o diz não sou eu, mas o Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Energia, presidida pelo ilustre Vice-Presidente da República. O nome do Secretário é exatamente Eduardo Celestino Rodrigues, que no dia 6 propôs, no II Congresso Nacional sobre Energia, a desativação de todo o programa nuclear, admitindo apenas que se conclua Angra I; possivelmente Angra II e III, a passos muito lentos.

O debate se travou, naturalmente, porém sua proposta logo de início obteve um resultado esmagador, 138 votos. Depois do debate, aumentou o número de votos favoráveis à sua proposta, e dos 150 participantes do congresso acabaram 147 votando com o ilustre técnico, o Secretário-Executivo da Comissão Nacional de Energia, Eduardo Celestino Rodrigues.

Sr. Presidente, talvez ainda haja tempo para ler o que a *Folha de S. Paulo* pinçou com muita propriedade.

Diz a *Folha de S. Paulo* do dia 7 do corrente:

“Rio (Sucursal) — O empresário Eduardo Celestino, membro da Comissão Nacional de Energia, propôs ontem a paralisação do programa nuclear na Usina Angra-I, “devido à falta de recursos para desenvolver vários programas paralelos e pelo preço acima do mercado internacional que o País está pagando pelas usinas”.”

Sr. Presidente, o *Jornal de Brasília* surpreende melhor este momento, quando diz o seguinte:

“O Professor Celestino Rodrigues, membro da Comissão Nacional de Energia, fez perante o plenário do II Congresso Brasileiro de energia que acaba de condenar, por 150 votos contra 12, o programa nuclear brasileiro uma denúncia que, pela seriedade de que se reveste, não pode ser privada ao conhecimento da opinião pública: as usinas nucleares que os alemães nos estão vendendo são de tecnologia americana, compradas e revendidas ao Brasil a preços superiores aos do mercado internacional. A denúncia é verossímil pela autoridade científica e funcional de quem a faz, mas também por certos aspectos ainda misteriosos do processo de acomodação dos diversos interesses internacionais que se verificou após o “escândalo” armado pelos Estados Unidos em torno do contrato teuto-brasileiro.”

Sr. Presidente, quem diz é o Secretário-executivo da Comissão Nacional de Energia. E eu já dissera aqui, nos idos de 1976, que estávamos comprando ferro velho. A tecnologia que a Alemanha pode transferir ao Brasil é uma tecnologia superada, porquanto o pacote primacial da tecnologia nuclear está com os Estados Unidos e com a Rússia, trancado a sete chaves. O que a Alemanha tem, nós poderemos atingir, tranquilamente, em 10 ou 15 anos, com uma experiência autóctone.

Sr. Presidente, o debate prossegue, pinçado pela *Folha de S. Paulo*:

“A proposta, colocada ao plenário do 2º Congresso Brasileiro de Energia para ser incluída como sugestão ao governo nos documentos conclusivos do encontro, recebeu 12 votos contra em uma platéia de cerca de 150 pessoas, composta por membros do Governo, empresários, engenheiros e professores da COPPE (entidade de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Após os debates, colocada novamente em votação, recebeu apenas três votos contrários.

Ao falar com a imprensa, Celestino mudou sua posição, afirmando que o programa nuclear poderia ser paralisado com as três Usinas de Angra dos Reis...”

Quer dizer, ele não mudou; a proposta foi para que o programa parasse na Usina I; ele, particularmente, admite que vá até a Usina III.

... “pois já foram iniciadas, cabendo a decisão ao governo”. O importante, segundo ele, é adequar o programa nuclear à realidade brasileira, e denunciou como um absurdo o setor nuclear ter sido aquinhado com um orçamento de Cr\$ 100 bilhões, enquanto o setor de mobilização energética ficou com apenas Cr\$ 85 bilhões.”

Isto é, todos os outros aspectos alternativos energéticos ficaram com apenas 85 bilhões; só o nuclear, ficou com 108 bilhões de cruzeiros.

“O Gerente do Departamento de Energia Nuclear da CESP, Durvaldo Gonçalves, interveio — logo após a primeira votação — a favor da manutenção do programa nuclear, afirmando que o montante já gasto é uma fábula e paralisar agora o programa seria um absurdo.

O ex-Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia, General Otaviano Massa, defendeu a energia nuclear por considerar que o potencial hidráulico é insuficiente para atender a demanda de energia elétrica do País. Celestino rebateu imediatamente declarando que estão sobrando 3 milhões de quilowatts na Região Sul e, em 1985, sobrarão 5 milhões de quilowatts. Isto porque segundo ele — não existem linhas de transmissão para distribuir a energia gerada, como está ocorrendo em Salto Santiago e Foz do Areia. “Enquanto se faz programa nuclear, deixa-se de construir linhas de transmissão por falta de recursos”, disse.

Um dos assessores do Ministério das Minas e Energia, Raul Branco, ao defender uma discussão mais ampla sobre o assunto, disse que “o voto apressado poderia prejudicar pessoalmente as pessoas em seus empregos.”

Sim, quando a maioria era de funcionários do Governo; queriam votar a proposta do ilustre Secretário Executivo; porém foram ameaçados pelo Sr. Raul Branco.

“Em resposta, Adilson de Oliveira, da COPPE, argumentou que “seria então melhor fechar congressos e obedecer chefes”.

Reatores Rápidos

O Chefe da Divisão de Estudos Avançados do Centro de Tecnologia Aeroespacial de São José dos Campos, J. Amarante, defendeu a entrada do Brasil na era dos reatores rápidos de forma autóctone, com o desenvolvimento da tecnologia no Brasil, embora com cooperação de outros países.”

Sr. Presidente, um especialista francês, participante também do Congresso, denuncia a periculosidade desse tipo de reator. Diz o Sr. Louis Puiseux.

“Argumentou que a linha de reatores PWR foi desenvolvida originalmente para mover submarinos nucleares, representando investimentos maciços nos Estados Unidos, em 1950, para a obtenção da tecnologia desejada.”

Sr. Presidente, já estou nos últimos minutos da sessão, no entanto, preciso ressaltar que essa tecnologia que nos está sendo transferida pela Alemanha, foi adotada pelos americanos em 1950. Trinta anos se passaram; o que comprova o ferro velho tecnológico nuclear que nos estão transferindo. Tudo isso corrobora o que dissemos aqui há cinco anos, quando assinamos esse malsinado Acordo Nuclear, no dia 22 de junho de 1976.

Sr. Presidente, aleluia, parabéns ao Sr. Ministro do Planejamento; parabéns ao Senhor Presidente da República, quando toda a comunidade nacional protesta contra essas bombas atômicas inserindo no litoral brasileiro. (*Muito bem!*)

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EVANDRO CARREIRA EM SEU DISCURSO:

“PAÍS USA REATORES INSEGUROS”

O cientista Louis Puiseux, do Centro Internacional de Pesquisa e Desenvolvimento da França, afirmou, ontem, no Rio, que os reatores PWR, utilizados no programa nuclear brasileiro, são muito menos econômicos e seguros do que outros reatores, citando como exemplo os que são produzidos com tecnologia canadense, do tipo Candu, com urânio natural e água pesada.

Puiseux argumentou que a linha de reatores PWR foi desenvolvida originalmente para mover submarinos nucleares, representando investimentos maciços nos Estados Unidos, em 1950, para a obtenção da tecnologia desejada. Em seguida, optou-se por um reator visando a produção de energia elétrica para fins comerciais, sem a menor preocupação com problemas de economia e principalmente de segurança.

Por ser a maior indústria do mundo, revelou o cientista, que está participando do II Congresso Brasileiro de Energia, os Estados Unidos difundiram a tecnologia do PWR em quase todos os países, com exceção da Argentina, Canadá e Índia. Puiseux disse, ainda, que a segurança do PWR é questionada porque ele tem que ser mantido sob pressão. Nessas condições, qualquer fissura que se produzir no vaso de pressão que envolve o núcleo haverá forte escape de produtos radioativos.

O cientista explicou que a tecnologia norte-americana do PWR utiliza como combustível o urânio enriquecido, o elemento moderador, a água leve sob pressão, e o fluido de transferência de calor à água sob pressão. A tecnologia canadense emprega o urânio natural, a água pesada e no fluido moderador a mesma água. Na tecnologia canadense, de acordo com Puiseux, consegue-se duas a três vezes mais energia com a mesma quantidade de urânio natural.

A propósito de acidentes graves, o cientista lembrou que os defensores dos programas nucleares no mundo sustentam a possibilidade remotíssima desse tipo de acontecimento. Acrescentou que pelo menos um já está comprovado, nos Montes Urais, na União Soviética, em 1958, quando uma região de 1.000 km quadrados ficou contaminada e se tornou inabitável por longos anos. A denúncia foi feita pelo soviético dissidente Zhores Medvedev, em artigo na revista *New Scientist*.

Jornal de Brasília

A TRIANGULAÇÃO

O Professor Celestino Rodrigues, membro da Comissão Nacional de Energia, fez perante o plenário do II Congresso Brasileiro de Energia — que acaba de condenar, por 150 votos contra 12, o programa nuclear brasileiro — uma denúncia que, pela seriedade de que se reveste, não pode ser privada ao conhecimento da opinião pública: as usinas nucleares que os alemães nos estão vendendo são de tecnologia americana, compradas e revendidas ao Brasil a preços superiores aos do mercado internacional. A denúncia é verossímil pela autoridade científica e funcional de quem a faz, mas também por certos aspectos ainda misteriosos do processo de acomodação dos diversos interesses internacionais que se verificou após o “escândalo” armado pelos Estados Unidos em torno do contrato teuto-brasileiro. Não está absolutamente fora da lógica do jogo internacional o fato objeto da denúncia.

Tantos e tão nebulosos são os tropeços do programa nuclear brasileiro e tão inexplicada ainda é, até hoje, a história do contrato, que a grave denúncia de triangulação certamente não causará incômodo algum à comunidade nucleoeletrônica do País. Há muito ela já superou essa preocupação subdesenvolvida de ter de dar conta do que faz aos que lhe pagam o hobby milionário.

Reconheça-se, não obstante, que a comunidade nucleoeletrônica vem apresentando fissuras, não sendo mais tão monolítica quanto o era sob o Governo Geisel. Tem perdido substância política e algumas batalhas, como a dos cronogramas e, quem sabe, até a mais substantiva, que diz respeito ao número de usinas. O que resta do acordo, entretanto, ainda é muito para as possibilidades do País e em comparação com as outras, e verdadeiras, prioridades nacionais. Basta confrontar os números: todo o programa rodoviário brasileiro (conservação e construção de estradas) consumirá este ano 35 bilhões de cruzeiros; o programa hidrelétrico não tem mais do que 85 bilhões; a agricultura — imensa e sempre reiterada prioridade — assinalou ontem uma vitória política ao obter um orçamento de 78,5 bilhões. Pois bem. Só este ano o programa nuclear consumirá 110 bilhões de cruzeiros, a preços de hoje. Seguramente os números finais serão muito maiores, porque seus grandes compromissos estão sujeitos a correção cambial.

A fantástica reprovação oferecida anteontem ao programa pela comunidade científica brasileira — 150 votos contrários e apenas 12 favoráveis — mostram o seu nível de rejeição pela sociedade. O crescente desenvolvimento político do País, com a concomitante e conseqüente afirmação da vontade nacional, vai terminar liquidando esse programa, que obviamente não é necessário nem viável na atual quadra das dificuldades do País.

PROPOSTO O FIM DO PROGRAMA NUCLEAR COM USINA ANGRA-1

Rio (Sucursal) — O empresário Eduardo Celestino, membro da Comissão Nacional de Energia, propôs, ontem, a paralisação do programa nuclear na usina Angra-1, “devido a falta de recursos para desenvolver vários programas paralelos e pelo preço acima do mercado internacional que o País está pagando pelas usinas”.

A proposta, colocada ao plenário do II Congresso Brasileiro de Energia para ser incluída como sugestão ao Governo nos documentos conclusivos do encontro, recebeu 12 votos contra em uma platéia de cerca de 150 pessoas, composta por membros do Governo, empresários, engenheiros e professores da COPPE (entidade de pós-graduação da Universidade Federal do Rio de Janeiro). Após os debates, colocada novamente em votação, recebeu apenas três votos contrários.

Ao falar com a Imprensa, Celestino mudou sua posição, afirmando que o programa nuclear poderia ser paralisado com as três usinas de Angra dos Reis, “pois já foram iniciadas, cabendo a decisão ao Governo”. O

importante, segundo ele, e adequar o programa nuclear à realidade brasileira, e denunciou como um absurdo o setor nuclear ter sido aquinhado com um orçamento de Cr\$ 100 bilhões, enquanto o setor de mobilização energética ficou com apenas Cr\$ 85 bilhões.

O gerente do Departamento de Energia Nuclear da CESP, Durval Gonçalves, interveio — logo após a primeira votação — a favor da manutenção do programa nuclear, afirmando que o montante já gasto é uma fábula e paralisar agora o programa seria um absurdo.

O ex-Secretário-Geral do Ministério das Minas e Energia, General Otaviano Massa, defendeu a energia nuclear por considerar que o potencial hidráulico é insuficiente para atender a demanda de energia elétrica do País. Celestino rebateu imediatamente declarando que estão sobrando 3 bilhões de quilowatts na Região Sul e, em 1985, sobrarão 5 milhões de quilowatts. Isto porque segundo ele — não existem linhas de transmissão para distribuir a energia gerada, como está ocorrendo em Salto Santiago e Foz do Arica. “Enquanto se faz programa nuclear, deixa-se de construir linhas de transmissão por falta de recursos”, disse.

Um dos assessores do Ministério das Minas e Energia, Raul Branco, ao defender uma discussão mais ampla sobre o assunto, disse que “o voto apressado poderia prejudicar pessoalmente as pessoas em seus empregos”. Em resposta, Adilson de Oliveira, da COPPE, argumentou que “seria então melhor fechar congressos e obedecer chefes”.

REATORES RÁPIDOS

O Chefe da Divisão de Estudos Avançados do Centro de Tecnologia Aeroespacial de São José dos Campos, J. Amarante, defendeu a entrada do Brasil na era dos reatores rápidos de forma autônoma, com o desenvolvimento da tecnologia no Brasil, embora com cooperação de outros países.

O CTA, no momento, está avaliando os ciclos dos reatores rápidos para verificar suas vantagens e desvantagens. Este processo leva dois anos. A fase seguinte, se o Governo liberar recursos, será o desenvolvimento de um protótipo de reator experimental, fase que duraria cinco anos. Depois, para a instalação de um reator comercial, levariam mais 20 anos.

FRANCÊS APONTA RISCO NO REATOR BRASILEIRO

Rio (Sucursal) — A linha de reatores de água pressurizada e urânio enriquecido, adotada pelo Brasil, é a que oferece piores condições de segurança, porque o núcleo do reator tem de ser mantido sob pressão e a menor fissura provocará escapamento violento de materiais radioativos. A revelação foi feita, ontem, durante o II Congresso Brasileiro de Energia, pelo francês Louis Puiseux, atualmente trabalhando em universidades, após ter sido afastado da Electricité de France por ser contrário ao programa nuclear francês.

Os Estados Unidos, ao elaborarem o projeto do PWR, mantendo-o sob forte Pressão, precisavam de um mecanismo compacto para operar nos submarinos nucleares. “E esta tecnologia dominou a indústria nuclear de outros países porque a indústria americana também domina o mercado mundial — disse Puiseux —, apesar deste sistema aproveitar muito mal o conteúdo energético do urânio, apenas 2%.”

O técnico afirmou que os alemães, ao desenvolverem a mesma tecnologia, após comprarem usinas da Westinghouse, aumentaram a espessura das paredes do vaso de pressão. O mesmo não ocorreu no Brasil, quando a comunidade científica reivindicou que a usina Angra-1 comprada da americana Westinghouse, tivesse as paredes mais espessas, como o modelo alemão.

Radioatividade

Puiseux explicou que o perigo da radioatividade aumenta quando se inicia o processo de fissão dentro do núcleo do reator, com a geração de subprodutos radioativos como o cesium-137, estrôncio-90 e plutônio, cuja meia-vida (tempo para reduzir a radioatividade a metade) é de 24 mil anos.

Puiseux considerou o programa nuclear brasileiro, da forma como está sendo desenvolvido, “um meio certo de aprofundar a dependência de tecnologia. A grandeza do programa é paradoxal em um país rico em potencial hidráulico e com possibilidades de desenvolver programas alternativos de energia”. Desta forma, segundo ele, o País trocará a dependência do petróleo pelo nuclear.

NOVA DEFESA DO ACORDO NUCLEAR

Brasília (Sucursal) — “O Professor Eduardo Celestino Rodrigues está mal informado e não tem conhecimento das verdadeiras dimensões do programa nuclear brasileiro. Se ele fosse melhor informado, saberia que os investimentos no programa nuclear brasileiro representam apenas dois por cento do valor dos investimentos globais no País, que, por sua vez, representam 23 por cento do Produto Nacional Bruto.”

A opinião é de uma alta fonte do Governo (que participou das negociações com a Alemanha para a assinatura do acordo nuclear), a respeito da proposição apresentada — e aprovada — pelo Professor Celestino Rodrigues durante o Congresso de Energia, na última segunda-feira, pela limitação do programa nuclear às 3 usinas de Angra.

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. LÁZARO BARBOZA NA SESSÃO DE 29-4-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente e Srs. Senadores:

Os problemas sociais do País se agravam dia a dia e estão gerando uma situação insuportável, com o agravamento das tensões, oriundas dos bolsões de miséria que estão, sobretudo, sitiando todas as grandes cidades brasileiras.

O fenômeno não começou agora. Nos últimos tempos vem assumindo aspecto perigoso, poderá desembocar o País numa situação de irremediável conflito, se não houver, por parte do Governo, uma completa mudança de métodos no tratamento das questões sociais. Fruto de uma má política econômica que vem garroteando as grandes massas populares, possibilitando, a cada dia, maior concentração de renda nas mãos de poucos, enquanto aumenta a miséria, a situação social do País tornou-se caótica.

As cidades brasileiras já não experimentam o crescimento ordenado, e passam a viver perigosíssimo processo de inchaço, processo este que, se não encontrar paradeiro com uma política econômica que reverta esta tendência, ninguém em sã consciência, Sr. Presidente e Srs. Senadores, poderá prever qual será o nosso futuro.

O pior é que, enquanto a miséria campeia, enquanto a subnutrição atinge 2/3 da nossa população, enquanto aumenta a taxa de desemprego, o Governo continua a permitir e a praticar erros, no enfoque daquilo que deveria constituir-se no quadro de nossas verdadeiras prioridades.

Não há crédito para a agricultura, não há crédito para a pecuária, em moldes que permitam que essas atividades se desenvolvam normalmente. Não há dinheiro para atender aos reclamos da classe médica, que protesta contra o descalabro na saúde pública. Não há recursos para a política do transporte de massa. Não há sensibilidade do Governo nem meios para uma política geradora de empregos. Não há a mínima preocupação do Governo em fazer uma reforma agrária, e por isto, os conflitos — como acentuou o Sr. Senador Henrique Santillo — aumentam a cada dia, gerando situações insuportáveis, como esta do Bico do Papagaio, no Estado de Goiás, que ambos — S. Ex^a e eu — temos a honra de representar. No entanto, há dinheiro para o desperdício, Sr. Presidente. Há dinheiro para a construção de usinas nucleares, embora o País chegue ao paroxismo do seu endividamento externo. Há dinheiro para as multinacionais, a fim de aumentar ainda mais a sua nefasta influência sobre o País. Não há dinheiro subsidiado para o pequeno agricultor, para o pequeno criador, mas há, por exemplo — como denunciou aqui, há poucos dias, o Senador Marcos Freire — para a SANBRA, dinheiro subsidiado para a implantação de um projeto, um grande projeto agropecuário no Nordeste.

O êxodo rural, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que veio aumentar e vai aumentando, a cada dia, essa situação terrível nas grandes cidades, acaba fazendo com que essas populações tangidas do campo acabem fixando-se na periferia, e, no desespero do desemprego e da miséria, invadem terrenos, como tem acontecido no Estado de Goiás, na nossa Capital, em Goiânia.

Agora mesmo, Sr. Presidente, anteontem, numa atitude inexplicável, eis que a Prefeitura Municipal de Goiânia, reunindo um contingente policial enorme, se desloca para o chamado Bairro Boa Sorte, ou Vila Boa Sorte, e lá, derrubaram mais de uma centena de barracos, construídos de papelão, de madeira, de folhas de zinco, deixando ao desabrigo mais de 500 pessoas.

Não foi só isto. Os jornais de ontem e de hoje registram o grau da violência. Não apenas demoliram os barracos, como jogaram sobre o povo os cães amestrados, cães que dilaceraram carnes de crianças de 5 e 6 anos de idade, algumas delas internadas em hospitais de Goiânia. Esses fatos na sua inteira crueldade, estão retratados e muito bem documentados por fotografias em todos os jornais de Goiânia.

Aqui está, no jornal *O Popular* de hoje na primeira foto, cães da Polícia Militar dilacerando o braço de um cinegrafista da "Televisão Anhanguera". Na segunda foto; uma mãe desesperada, maltrapilha, acompanhada no gesto por uma sua filha, uma criança de pouco mais de 6 anos de idade, de joelhos no chão, pede a graça divina contra a sanha criminosa das tropas que invadiram aquele aglomerado de pessoas famintas e miseráveis, a casseteres, a bombas. Não faltaram, Sr. Presidente, nem mesmo os tiros.

Mas não foi só. Isto ocorreu no dia de anteontem. Quando ontem, percebeu a Polícia que cerca de mais de 500 pessoas ainda permaneciam no local e

havam, inclusive, convocado um religioso para officiar uma missa, o que é que faz a Polícia Militar? Em meio a um culto religioso, no momento em que era lida a epístola pelo Diácono Oziel, tropas de choque da Polícia Militar, centenas de policiais, invadem o local do ofício religioso. A bíblia e os paramentos, na cena de violência se espalharam pelo chão, o religioso foi espancado violentamente, bem como a multidão que lá se comprimia, havendo inclusive, graves casos de internamento em hospitais.

Mas o que é conveniente salientar é que a invasão desmanchada pela polícia, acompanhada em seu gesto por funcionários da Prefeitura, era muito fora da área urbana de Goiânia, não havia nenhum mandado judicial, não se tratava, também, de terreno público, daí por que mais absurda ainda se tornou a ação judicial. Agora, o braço açulado da extema direita, tenta, inclusive, fazer crer que as invasões são incentivadas por políticos ou por religiosos, o que é uma deslavada mentira. A esta altura, Sr. Presidente e Srs. Senadores, tentarão provar ao Brasil que a Igreja, ou que os políticos da Oposição nesse Estado, os comunistas, ou seja lá o que for, estão insuflando esse movimento de invasões, o que absolutamente não é verdade. O que é verdade, isto sim, é que a Igreja, não apenas em Goiás, mas no Brasil e no mundo inteiro, fiel ao seu pronunciamento de Puebla, quando foi feita uma clara opção pelos pobres e pelos miseráveis, não abre mão daquilo que não é apenas um direito seu, mas acima de tudo é um dever, o de assistir àqueles que estão desesperançados de tudo, levando-lhes o alento e procurando incutir na mente daqueles desesperançados e aflitos a convicção de que é preciso evitar as cenas de violências, e que eles não estão inteiramente órfãos. Protestando contra o exagero policial, acabei de passar um telex a S. Ex^a o Sr. Ministro da Justiça, dando ciência ao titular daquela pasta dos acontecimentos que se desenrolam em Goiás, acontecimentos que não ocorrem pela primeira vez, nem pela segunda, nem mesmo pela terceira. E vou ler a mensagem que enviei ao Sr. Ministro:

"Senhor Ministro,

Como sabe V. Ex^a, o quadro social brasileiro é terrível, sobretudo em função do desemprego que a cada dia mais se agrava com o processo contínuo do êxodo rural.

Essas verdadeiras ondas humanas se fixam nas periferias das grandes cidades e no desespero de não ter onde morar acabam no processo das invasões de terrenos, onde, com papelão, sucata ou tábuas, erguem choupanas que lhes sirvam de agasalho.

Em Goiás não é diferente. E anteontem, mais uma cena de violência eclodiu em Goiânia, onde as autoridades teimam em resolver gravíssimos problemas sociais com casseteres, bombas, tiros e *show* de pancadaria. E foi assim que a polícia e funcionários da Prefeitura de Goiânia derrubaram uma centena desses barracos num terreno invadido, não faltando cenas de selvageria por parte da Polícia e de desespero dos favelados. Até jornalistas foram agredidos, na reedição do eclodido há um ano e que mostrado pela televisão chocou o Brasil inteiro.

Ontem, Senhor Ministro, quando um religioso celebrava missa para cerca de 500 pessoas no local da invasão, tropas de choque da PM interromperam o ofício e como janízaros jogaram bombas e seus cães contra o povo, espancaram o oficiante do culto Diácono Oziel, levando-o depois para o DOPS, feriram dezenas de pessoas, dentre elas jornalistas e o Advogado Francisco Montenegro.

Protestando contra tais atos de vandalismo praticados pela polícia, apelo a V. Ex^a no sentido de que com sua autoridade e formação cristã adote providências no sentido de que cesse em Goiás a brutalidade oficial.

Atenciosamente. — Senador Lázaro Barboza, Vice-Líder do PMDB."

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Ouço V. Ex^a

O Sr. Henrique Santillo (PMDB — GO) — Eminentíssimo Senador Lázaro Barboza, estive ontem em Goiânia à tarde. Testemunhei de perto os fatos que V. Ex^a tão bem denuncia dessa tribuna. Realmente, Goiânia acabou transformando-se ontem e anteontem, em palco de violência inconcebível. Centenas de policiais armados, acompanhados de cães amestrados, violentaram, literalmente, mais de 500 pessoas, entre elas crianças e senhoras gestantes, algumas inclusive internadas em alguns hospitais de Goiânia até em estado grave. Fatos como este não poderão continuar repetindo-se, porque, caso contrário, se atingirá um limite perigoso à paciência do povo.

Esta manhã também passei, eminentíssimo Senador Lázaro Barboza, um telex a S. Ex^a o Sr. Ministro da Justiça, e V. Ex^a me permita que, através do seu pronunciamento, nesta tarde, pronunciamento-denúncia como tantos outros

que já fez aqui nesta Casa, eu dê conhecimento ao Senado dos termos deste meu telex:

"Nºs 1.156 — 1.954

TELEX

Nome Ibrahim Abi Ackel

End. Ministério da Justiça Esplanada dos Ministérios

Cidade Brasília Est. DF

Em 29-04-1981

Nos últimos dois dias, Goiânia foi palco de lamentáveis acontecimentos patrocinados pela Polícia Militar do Estado de Goiás. No dia 27 p.p., numa das vilas da Capital do Estado, centenas de pessoas humildes e extremamente pobres foram submetidas a atos de violência que a Nação indignada repudia, por policiais militares armados de fuzis e bombas, acompanhados de cães amestrados, tendo sido gravemente feridas dezenas delas, seus barracos inteiramente arrasados e seus bens e utensílios domésticos e até alimentos seqüestrados.

Não bastasse isso, ontem, 28 do corrente, enquanto assistiam ordeira e pacificamente à missa celebrada no local, estas mesmas pessoas, trabalhadores sem terra "expulsos" das pequenas comunidades como consequência do desumano modelo econômico imposto à Nação, foram cercados por forte contingente policial-militar e literalmente violentadas sob inauditas crispações de ódio por parte dos comandantes policial-militares. Dezenas foram feridas, e, entre elas o advogado membro da Comissão de Justiça e Paz, Dr. Francisco Montenegro, que se encontra internado em estado grave. Algumas foram presas e liberadas às últimas horas do dia de ontem.

Esperamos, Sr. Ministro, que os responsáveis pelos covardes atos de violência contra o povo humilde e desarmado sejam punidos, sob pena de demonstrar-se sem equívoco que a "abertura" patrocinada pelo governo anda tropeçando nas cordas de seus próprios e estreitos limites. Além do mais, apenas a miopia ou os compromissos espúrios dos governos estaduais "nomeados" impedem de ver-se que invasões de alguns terrenos nas periferias das grandes cidades por levadas de famílias oriundas da zona rural para, ali, construir seus pequenos barracos que os abrigam do tempo, constituem-se em um sintoma a mais da grave crise vivida por toda a sociedade brasileira, que só o eminente Ministro Sr. Delfim Netto teima em não enxergar, porque anda mais preocupado em viajar com inusitada frequência aos EEUU, aos países da Europa Ocidental e ao Japão, negociando grandes projetos brasileiros.

Certo do espírito de justiça que norteia os atos de Vossa Excelência, apelamos no sentido que se devolva ao laborioso povo goiano a tranqüilidade que lhe está sendo roubada, não apenas pelos marginais vítimas eles mesmos, quase sempre, do Estado de Goiás que nos obrigam a viver, não apenas pela constante ameaça do desemprego ou de ter de pagar juros extorsivos aos bancos, mas, sobretudo, pela violência furiosa do próprio estado, por seu braço perigosamente armado — a polícia militar ou civil."

Agradeço a V. Ex^a Associe minhas modestas palavras às palavras brilhantes de V. Ex^a que, lamentavelmente, nesta tarde, brilham para denunciar um ato de violência que toda a Nação indignada estará, sem dúvida alguma, repudiando.

O SR. LÁZARO BARBOZA (PMDB — GO) — Nobre Senador Henrique Santillo, V. Ex^a é homem que desde que iniciou a sua vida pública sempre se posicionou ao lado dos mais humildes, sempre manteve erguida a sua voz contra o regime arbitrário implantado pela força, em 1964, regime que, ao longo do tempo, veio gerando estas situações terríveis pelas quais passamos hoje.

V. Ex^a, como grande representante do Estado de Goiás, na sua mensagem ao Sr. Ministro da Justiça, no seu posicionamento, da tribuna, evidencia que podem, efetivamente, praticar a violência, mas não praticarão a violência com o silêncio do Sr. Senador Henrique Santillo e nem com o nosso silêncio, porque o nosso compromisso é com o povo goiano, o nosso compromisso é com o povo brasileiro, o nosso compromisso é com o pão e com a liberdade numa Pátria faminta de pão e numa Pátria também faminta de liberdade.

Sr. Presidente e Srs. Senadores, eu dizia, na fase introdutória do meu discurso, que faltam recursos para tudo, falta para a saúde pública, levando os médicos ao desespero e ao ponto, inclusive, de entrarem em greve nacional, mas não falta dinheiro para as multinacionais, não falta dinheiro para a construção de usinas nucleares.

E é até chocante, Sr. Presidente, não falta dinheiro nem mesmo para o desperdício. E quero, no decorrer deste discurso, mostrar ao Senado como efetivamente, neste País, se vem brincando com coisas sérias e o comportamento das autoridades, dos homens do Governo em fechando os olhos a um processo de seleção das nossas prioridades verdadeiras estão, efetivamente, nos levando a um beco sem saída, porque estão levando a revolta até mesmo àqueles setores mais acomodados da população brasileira.

Há vinte e poucos dias, explodiu como um escândalo no País inteiro a inauguração de uma casa noturna em São Paulo, o mais novo Regine's, construído graças à liberação de empréstimos favorecidos pelo órgão de turismo, de 3 milhões e meio de dólares. A revolta foi tanta dentro de São Paulo que um jornal, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que não é um jornal engajado na extrema esquerda, que nunca teve nenhum compromisso com Pequim ou Moscou (trata-se de *O Estado de S. Paulo*, edição de 31 de março próximo passado), traz em editorial: "*O know-how do sansouci*".

Vou ler o editorial, Sr. Presidente, porque ele precisa ficar registrado nos Anais da Casa, mais como advertência no sentido de que o Governo sinta que não se pode continuar tripudiando sobre a miséria, que não se pode mais continuar abrindo as arcas do Tesouro para maior enriquecimento das multinacionais e jogando dinheiro fora, dinheiro do povo, do sofrido povo brasileiro.

Aqui está, Sr. Presidente:

"O "KNOW-HOW" DO "SANS-SOUCI"

A crise de que falava o Presidente da República, em seu amor à verdade — "talvez... na história contemporânea do Brasil, a crise mais grave por que passa a Nação" —, ninguém a diria, nem por deboche, confinada à margem esquerda do rio Pinheiros, onde está plantado o Palácio dos Bandeirantes, não estivesse a desenrolar-se, quase à mesma hora, à margem direita, na avenida Faria Lima, um espetáculo de desperdício, de ostentação de ligeireza, de tripúdio, enfim, sobre a mesma realidade econômico-social a que se reportou o Presidente João Baptista Figueiredo: a inauguração do *Regine's* paulistano.

Para um *talsans-souci*, só mesmo o mais confiável *know-how*. Ou seja, para o capital financeiro de mais recente — e ofuscante — aparição nos meios nacionais, que abriu para a nova casa noturna, via Cotel (empresa de turismo e diversões), créditos estimados em 3,5 milhões de dólares, só mesmo a capacidade técnica da notoríssima Régine Chokroun. Com mais um bom toque promocional — e para tanto serviu a presença à inauguração da primeira dama do País — consumava-se a equação perfeita, escárnio de qualquer crise.

Escárnio, por não poder ser desmentido: o que se fez à margem direita do rio Pinheiros foi zombar da circunspeção e atribulações do homem que discursara à margem esquerda. Porque houve, entre os que o aplaudiram no Morumbi, os que passariam à esfuziante descontração decretada por madame Régine e seu financiador na avenida Faria Lima, esquina com Jorge Coelho. Porque tudo foi previsto para que se anulassem, logo à entrada, as mais arraigadas inibições do homem que pretende influir sobre as graves decisões políticas do amanhã, do empresário com alguma sensibilidade ao social e do banqueiro com alguma cautela contra uma traiçoeira ruína: confraterniza-se a tradição com o aventureirismo dos novos-ricos nos meios financeiros; o contradiçavam o respeito por si próprio e o mais deslavado cinismo; e, se sobrasse algum senso crítico diante de tanto fausto animado pelo ritmo contagiante da Escola de Samba Beija-Flor, não estava ali, para alforria de todos, a presença da primeira dama do País?

Mas, por mais regada que seja a *whisky* e champanha, por mais afluência que obtenha de celebridades do *jet-set*, por mais que tenha jogado com o fascínio do luxo que é prerrogativa de dinheiro fácil, não há celebração do efêmero, como essa inauguração do terceiro e mais espetacular *Régine's* do Brasil, que possa desmentir um Presidente da República com mandato sobre esses longos e duros anos. Um presidente do Brasil no momento tem, ainda que não queira, visão de outras legiões a reclamarem mais que essa caridade movida a noitadas, que se disse voltada para os carentes da LBA: as legiões do Nordeste, que esperam por investimentos mais produtivos que em casas noturnas; as legiões dos favelados das grandes metrópoles e das áreas industriais, cuja miséria é agredida por espetáculos como esse do *Regine's*; as legiões dos próprios curiosos que ali estiveram a presenciar o cortejo dos grandes, mantidos a uma distância profilática pelos seguranças de hoje, talvez suas testemunhas nas acusações criminais do amanhã."

Esse editorial, Sr. Presidente, é do *O Estado de S. Paulo*, e o País inteiro tomou conhecimento, inclusive, da revolta que atingiu o próprio Prefeito de São Paulo, que tentou interditar aquela casa noturna, montada com créditos de uma entidade oficial, que abriu recursos da ordem de três milhões e meio de dólares. Mas não há dinheiro para erradicar favelas, não há dinheiro para que o BNH, efetivamente, se empenhe num processo de dar casa ao homem sem casa, dar teto ao homem sem teto. Lá no interior não há dinheiro para promover uma política de pleno emprego, para reverter essa tendência horrorosa que nós experimentamos hoje, de inchaço das cidades.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, o que aconteceu em Goiânia anteontem e ontem foi efetivamente um espetáculo degradante, que nos envergonha, que nos enche de preocupações em relação ao amanhã.

Para concluir, Sr. Presidente, Srs. Senadores, devo dizer que, não satisfeita em demolir centenas de barracos, não satisfeita em prender, não satisfeita em jogar os cães contra o povo, ferindo, rasgando as carnes de crianças, de mulheres, de jornalistas, a polícia fez mais: aquilo que ela começou como obra de demolição, ela terminou com fogo, acabou ateando fogo nos barracos derrubados daqueles miseráveis, Sr. Presidente, mais miseráveis do que os miseráveis de França que derrubaram a Bastilha, marcharam sobre Versalhes, naquele instante em que a Rainha Antonieta indagava ingenuamente: "O que é que esse povo amotinado quer?" "E alguém respondeu: majestade, o povo protesta, porque tem fome, porque não tem pão". E ela ingênua ou cinicamente indagou: Então, por que não comem brioches?"

Sr. Presidente, será possível que a cegueira dos governantes de hoje no Brasil vai ao ponto de pretender deter a marcha do povo que efetivamente se conscientiza na luta por um direito elementar, o direito de comer, o direito a um teto para abrigar os filhos, por mais humilde e por mais miserável que seja esse teto?

Será possível que num País da extensão territorial do Brasil, um País que não é um País, é um continente, com condições de abrigar cinco vezes mais que a sua população, é preciso que assistamos ao espetáculo degradante ontem desenrolado em Goiânia? Será possível que num País como o nosso, em condições de abastecer o mundo, vamos continuar contemplando, com tristeza, dois terços de sua população em estado de subnutrição, de carência?

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, não é possível. Essas coisas não de ter um paradeiro, essas coisas terão um paradeiro. E é bom que o Governo abra os olhos, é bom que o Governo entenda da necessidade urgente de mudar o modelo econômico deste País, de reverter essa tendência terrível desse capitalismo chamado de selvagem pelos próprios homens do Governo, a fim de que a miséria não continue se vestindo de cores tão negras! Não é possível continuar tripudiando sobre o povo, fazendo do povo um rebanho que pode ser tangido a qualquer custo e de qualquer forma.

Eu temo, Sr. Presidente, pelo futuro deste País. Sou homem de formação cristã, deploro a violência, deploro a desordem, e eu temo que, assentado num barril de pólvora como nos encontramos, se providências não venham a ser tomadas imediatamente, que acabemos todos, Sr. Presidente, por ir pelos ares.

Era o que tinha a dizer. (*Muito bem! Palmas.*)

DISCURSO PRONUNCIADO PELO SR. HUMBERTO LUCENA NA SESSÃO DE 30-4-81 E QUE, ENTREGUE À REVISÃO DO ORADOR, SERIA PUBLICADO POSTERIORMENTE.

SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Lê o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Senadores:

Há algum tempo, ocupei a tribuna do Senado, para reivindicar do Governo a imediata conclusão da BR-020 — Brasília—Fortaleza.

Hoje, volto a abordar o mesmo assunto, porque as obras dessa rodovia continuam sendo procrastinadas, senão abandonadas totalmente.

A falta de conclusão dessa via radial do Sistema Rodoviário Nacional, caracteriza a disfunção do sistema e reflete a falta de planejamento e de programação das prioridades governamentais. Há vinte e um anos atrás, a BR-020 foi planejada e aberta e, logo considerada por muitos como a Rodovia de grande importância para a Capital da República e Regiões Nordeste e Centro-Oeste. Com o passar dos anos, as outras rodovias que demandam de Brasília para o Sul, Leste, Norte, Centro-Oeste, foram concluídas e passaram a exercer sua importância econômica e social, enquanto que a Brasília—Fortaleza foi sendo relegada ao último plano, como se nada representasse para a Região Nordeste ou se outra rodovia a tivesse substituído. Sobre o seu curso foram sediados os Batalhões de Engenharia e Construção do Exército, notadamente o 4º e 3º BEC, numa demonstração de que a Rodovia, por sua posição físico-geográfica, estaria dentre as obras de interesse de Segurança Nacional, como de fato não é possível dissociá-la desta função, sem que se cometa o mais elementar dos erros de estratégia de

Segurança. É pela BR-020 que a Capital da República se comunicará via terrestre, com dez Estados da Federação, principalmente com aqueles que abrigam um terço da população do País e que por suas condições econômicas, políticas e sociais, reclamam do Governo da União um tratamento condizente com sua realidade, bastante diferenciada da realidade do restante do País.

O Movimento Militar de 1964 instalou-se no Poder, empunhando a bandeira da redação nacional, pregando a participação de todos no processo de desenvolvimento econômico e social, como forma capaz de assegurar a estabilidade das instituições e favorecer as mudanças estruturais reclamadas pelas grandes maiorias. Pouco a pouco, porém, a inspiração revolucionária foi cedendo espaço a outros tipos de preocupações. E os grandes problemas nacionais continuaram insolúveis e cada vez mais agravados, como é o caso dos altos índices de inflação, o balanço de pagamentos, o crescente endividamento externo, o custo de vida desenfreado, a rigidez de nossa estrutura agrária, a delinquência juvenil, a criminalidade, o desemprego, a fome, a subabitação, a falta de assistência à saúde, a falta de escolas, enfim, problemas econômicos e sociais de toda natureza. O Nordeste, por sua vez, ficou cada vez mais pobre e distanciado do progresso alcançado por outras Regiões, não por falta de condições para se desenvolver, mas por inexistência de uma política realista, voltada para as raízes dos seus problemas fundamentais.

Neste contexto de coisas e fatos, os interesses do Nordeste foram sempre tratados superficialmente. A exemplo disso, veja-se a demora em se concluir a Rodovia BR-020—Brasília — Fortaleza que no nosso entender subrepuja em prioridade as obras da Ferrovia do Aço, das Usinas Nucleares, das Auto-estradas de São Paulo, da Ponte Rio-Niterói, finalmente a tantos outros investimentos, que pelo custo e demorado retorno do capital não se compararam aos resultados favoráveis de aplicação na mencionada Rodovia.

É preciso que todos os brasileiros saibam que não é possível se resolver as diferenças sociais e regionais, sem que antes se adquira a consciência sobre a dimensão dos problemas existentes e se avalie criteriosamente os meios que serão empregados no combate. Não será, através de medidas isoladas ou de frações de recursos a fundos perdidos, que se modifica econômica, política e socialmente, uma das regiões mais pobres do mundo, mas, somente, através de investimentos maciços em projetos de natureza permanente, aproveitando-se os recursos naturais, criando e diversificando as oportunidades, aumentando a participação das massas nas atividades econômicas, elevando o nível de vida e a renda *per capita*, integrando o homem de forma global, afim de que ele se sinta útil e indispensável ao próprio desenvolvimento.

Ao voltar a esta tribuna, para solicitar ao Governo Federal a conclusão da Rodovia BR-020, no trecho de Barreiras — BA a Picos — PI, pode parecer para muitos uma reivindicação alheatória. Entretanto, trata-se de reclamar a conclusão de uma obra de caráter permanente, inserida no contexto das aspirações nordestinas, tanto daqueles que lá estão à espera desta via de integração para que possam com menos sacrifícios financeiros visitarem o seu torrão natal, ou comercializarem os produtos regionais, com menos encargos de fretes e com mais economias de tempo, expandindo o intercâmbio entre o Nordeste e o Centro-Oeste.

Reivindicando a execução da obra, estamos pensando na economia de tempo, gasto no percurso entre o Centro-Oeste e o Nordeste, na economia de combustíveis, tão necessários aos interesses maiores da Nação e finalmente na integração das microrregiões por onde passa a Rodovia, que além de marginalizadas do processo de desenvolvimento econômico do País, encontram-se distanciadas dos parques benefícios da Previdência e Assistência Social, prestados ao homem do campo. Como disse inicialmente, já tivemos a oportunidade de ressaltar os benefícios que seriam gerados para o Nordeste com a conclusão da BR-020 — Brasília—Fortaleza, embora em nenhum momento tivéssemos a satisfação de ouvir dos homens de Governo, notadamente dos Ministérios dos Transportes e das Minas e Energia qualquer manifestação sobre o assunto, como se o simples fato de abordá-lo estivesse ferindo interesses de outras regiões, que se opõem, radicalmente, à sua conclusão.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Com muito prazer, nobre Senador.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Estou ouvindo com atenção o discurso de V. Exª, em que pede a conclusão da BR-020, Fortaleza—Brasília e gostaria de dar um testemunho do esforço com que V. Exª vem defendendo a conclusão dessa estrada. Aproveito a oportunidade para dar uma informação. Quando da elaboração do orçamento do Ministério dos Transportes eu fui o relator e solicitei a conclusão do trecho Corrente, no

Piauí, até Barreiras. Recebemos informações de que o Governo Federal colocou recursos para conclusão dessa estrada. Enquanto não se conclui o trecho a que V. Ex^a se refere, um bom caminho para vir a Brasília, estando no Nordeste, é passar por dentro do Piauí.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Muito obrigado pela informação de V. Ex^a e Deus queira que esses recursos sejam utilizados adequadamente.

Continuo, Sr. Presidente:

Então, ante a passividade dos órgãos governamentais, sentimos a necessidade de mais uma vez salientar o que representa, em termos de redução de distância e de economia de combustível, nos percursos Centro-Oeste e Nordeste, a BR-020, em comparação com o que se consome, atualmente, fazendo-se o mesmo percurso, por vias já asfaltadas.

A redução de distância média entre a Capital da República e as Capitais do Nordeste será da ordem de mil quilômetros. A economia de combustíveis, para um tráfego diário de apenas dois mil veículos será da ordem de dez mil barris de petróleo, aumentando esta economia, proporcionalmente, em relação à demanda de tráfego.

Ora, Sr. Presidente, Srs. Senadores, por estes simples dados é possível se chegar a muitas outras conclusões, inclusive porque mencionamos o Ministério das Minas e Energia, dentre os órgãos da esfera federal, além do Ministério dos Transportes, que deveria se voltar para o problema. É exatamente porque sabemos quanto custam dez mil barris de petróleo ao dia, importados ao preço do dólar e também sabemos quanto gasta a PETROBRÁS em pesquisas e prospecção para conseguir extrair dez mil barris de petróleo por dia, isto é, 0,5% da produção atual do País.

Diante desses dados, não temos conhecimento de nenhum outro empreendimento público que ofereça retorno de capital com tanta rapidez, além de outras vantagens consubstanciadas no bem-estar das populações que se servirão diretas e indiretamente da rodovia. Não vemos porque deixar de reivindicar a pavimentação da rodovia, pelo seu percurso original, só porque o Sr. Ministro dos Transportes ou qualquer outro responsável pelo assunto, acham que devam continuar fazendo opções anti-econômicas, obras de menor importância.

Realmente, pelos pronunciamentos feitos pelo titular do Ministério dos Transportes, verifica-se que a almejada ligação, não será feita pelo curso original da BR-020, mas conectando esta em Barreiras com a BR-242 que liga a Salvador, o que apenas reduzirá em parte os atuais desperdícios de combustíveis, quando na verdade deveria se construir o trecho Barreiras — BA — Picos — PI, uma vez que Picos — Fortaleza está totalmente asfaltada e Brasília — Barreiras praticamente concluída. Por Feira de Santana, o percurso médio para as capitais nordestinas aumenta em mais de quinhentos quilômetros.

Além dos fatores de redução de distância, economia de derivados de petróleo e racionalização do sistema de transportes de passageiros e cargas para o Nordeste e vice-versa, estar-se-ia integrando, como já disse, microrregiões da Bahia e Piauí, por onde passa a rodovia, ao processo de desenvolvimento da Agropecuária tão necessária à produção de alimentos para abastecer populações inteiramente marginalizadas.

Para que se possa entender melhor, afinal, as razões deste pronunciamento, basta visualizar a redução da distância entre Brasília e as diversas Capitais do Nordeste, quanto estiver pronta a BR-020, fazendo conexão com as outras rodovias já asfaltadas.

BR-020, conectando em Picos com outras rodovias asfaltadas:

Brasília — Recife — 697 km de redução

Brasília — João Pessoa — 770 km de redução

Brasília — Natal — 948 km de redução

Brasília — Fortaleza — 1.480 km de redução

Brasília — Teresina — 1.675 km de redução

Brasília — São Luís — 753 km de redução

BR-020, conectando em Barreiras com a BR-242 praticamente concluída:

Brasília — Salvador — 647 km de redução

Brasília — Aracaju — 591 km de redução

Brasília — Maceió — 591 km de redução.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — V. Ex^a me permite?

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Pois não, nobre Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — Quero trazer a minha palavra de solidariedade ao pronunciamento que V. Ex^a faz, quando assinala que as novas estradas pavimentadas, sobretudo aquela que passa por Barreiras, reduzem a distância de Brasília com as Capitais do Nordeste. O pensamento

do Presidente Juscelino Kubitschek, com quem eu tive o privilégio de conviver naquela época — sabe V. Ex^a que nós éramos sustentáculo do Governo do Presidente Juscelino Kubitschek através do PSD — era justamente o de encurtar as distâncias entre Brasília e as Capitais do País, sobretudo as do nosso Nordeste. De maneira que, ao me congratular com V. Ex^a pelo seu pronunciamento, quero também dizer que o Ministro dos Transportes vem tendo uma atuação salutar nesse problema, porquanto algumas dessas estradas estavam se arrastando. Quando V. Ex^a ou qualquer companheiro, encontrar essas vias de penetração, de encurtamento de distâncias, com os trabalhos retardados, que façam apelo dessa tribuna, porque eu tenho certeza que o Ministro Eliseu Resende é sensível aos apelos da classe política.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Agradeço as valiosas considerações de V. Ex^a. Lembro que, das rodovias planejadas ao tempo da construção de Brasília, a BR-20, Brasília — Fortaleza, é a única que não foi concluída, o que indica, realmente, o descaso do Governo.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — Quero adiantar a V. Ex^a que ainda há poucos dias, eu vi aqui um companheiro nosso, me parece que de Goiás, salientando o mau estado de conservação da Belém — Brasília. Saí de plenário, não lhe disse coisa alguma, e telefonei imediatamente para o Ministro dos Transportes, dizendo que a crítica do nosso companheiro era sadia, porque S. Ex^a havia andado por aquelas estradas, e tinha verificado *in loco* o estado de conservação da estrada, vindo a pedir providências no sentido de que a Belém — Brasília não oferecesse tantas dificuldades. As — também, levarei ao Ministro a reclamação de V. Ex^a, que é justa, e que deve ser ouvida pelo Executivo.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Senador Aderbal Jurema é importante a intervenção de V. Ex^a, no assunto, junto ao Ministro dos Transportes, como nordestino dos mais eminentes, eu me referi há pouco às declarações publicadas pelos jornais, de que o Ministro dos Transportes, pretenderia não mais concluir a BR-20, Brasília — Fortaleza, pelo seu percurso original, mas, fazer uma ligação entre Barreiras, na Bahia, com a BR-242, deixando de lado esse trecho, justamente Barreiras, na Bahia a Picos, no Piauí, que é um trecho fundamental para o encurtamento das distâncias e para a economia de combustíveis.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Permite V. Ex^a um aparte? Só para complementar, serei bastante rápido.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Com muita honra.

O Sr. Alberto Silva (PP — PI) — Eu queria lembrar, agora que está presente o Senador Aderbal Jurema, que aquela informação que dei há pouco, de que, até que a BR-20 fosse concluída, se fosse concluído o trecho Corrente, no Piauí, a Barreiras, haveria um encurtamento, passando por Picos, onde já há asfalto até Corrente. Como isso surgiu na hora em que eu proferia o Relatório do Ministério dos Transportes, o nobre Senador Aderbal Jurema, presente, foi comigo até o Ministro dos Transportes, para que a ligação Corrente — Barreiras se fizesse urgentemente e aí passaríamos a ter um encurtamento quase igual ao que V. Ex^a acaba de falar. Quero apenas lembrar, presente aqui o Senador Aderbal Jurema, que S. Ex^a, ao mesmo tempo em que promete levar ao Ministro as considerações que V. Ex^a tece neste instante, relembresse ao Ministro a conclusão daquele trecho, que é simples e é uma ligação econômica, e vem resolver, de já, parte do problema levantado pelo eminente Senador.

O SR. HUMBERTO LUCENA — Que fale o Senador Aderbal Jurema.

O Sr. Aderbal Jurema (PDS — PE) — Já não será uma lembrança, nobre Senador, será uma cobrança, porque fomos ao Ministro Eliseu Resende e S. Ex^a prometeu que envidaria esforços no sentido de cumprir essa promessa. De maneira que vamos fazer a cobrança, disso V. Ex^a pode ter certeza.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB) — Nobre Senador Alberto Silva, V. Ex^a colocou muito bem o problema, quando disse que essa ligação por Correntes resolveria em parte, porque, na verdade, o importante é concluir a ligação originariamente planejada para a BR-020, Brasília — Fortaleza.

Concluo, Sr. Presidente:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, exigimos em nome de um terço da população do Brasil, que se resolva de uma vez por todas, esta anomalia do Sistema Rodoviário Nacional, para que possamos ter a certeza de que os assuntos sérios da Nação são conduzidos com determinação e espírito público, do contrário somos obrigados a repetir tantas vezes quantas se fizerem necessárias, de a discriminação para com o Nordeste constatada, através desse e de muitos outros obstáculos.

O próprio Líder do Governo nesta Casa não pode desconhecer a importância da obra da qual estamos falando, pois, tanto o seu Estado quanto o meu e os de todos os representantes do Nordeste, serão beneficiados pela redução de distância e pelas facilidades de aumento do intercâmbio comercial produtor originários do Nordeste e do Centro-Oeste.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, termino estas palavras, portanto, com um veemente apelo ao Sr. Presidente da República e aos Srs. Ministros dos Transportes e das Minas Energia, no sentido de concluírem, prioritariamente, em caráter de urgência, dentro do programa de desenvolvimento do Nordeste, as obras da Rodovia BR-020 — Brasília — Fortaleza, por ser um imperativo dos mais altos interesses nacionais. *(Muito bem!)*

SECRETARIA-GERAL DA MESA

RESENHA DAS MATÉRIAS APRECIADAS DE 1º A 30 DE ABRIL DE 1981

Projeto Aprovado e Encaminhado à Sanção

Projeto de Lei da Câmara nº 19, de 1981 (nº 4.262/81, na Casa de origem), que reajusta os vencimentos, salários e proventos dos servidores da Câmara dos Deputados, e dá outras providências. Sessão: 29-4-81 (extraordinária).

Projetos Aprovados e Encaminhados à Promulgação

Projeto de Decreto Legislativo nº 35, de 1979 (nº 30/79, na Câmara dos Deputados), que aprova as contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1978. Sessão: 3-4-81.

Projeto de Resolução nº 175, de 1980 — Comissão de Economia — que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Era, Estado de Minas Gerais, a elevar em Cr\$ 19.132.400,00 (dezenove milhões, cento e trinta e dois mil e quatrocentos cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 3-4-81.

Projeto de Resolução nº 168, de 1980 — Comissão de Finanças — que autoriza o Governo do Estado do Ceará a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de dólares norte-americanos) para aplicação no II Plano de Metas Governamentais. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 173, de 1980 — Comissão de Economia — que autoriza a Prefeitura Municipal de Nova Iguaçu (RJ) a elevar em Cr\$ 119.000.000,00 (cento e dezenove milhões de cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 174, de 1980 — Comissão de Economia — que autoriza a Prefeitura Municipal de Palmeira dos Índios (AL) a elevar em Cr\$ 147.227.806,44 (cento e quarenta e sete milhões, duzentos e vinte e sete mil, oitocentos e seis cruzeiros e quarenta e quatro centavos) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 176, de 1980 — Comissão de Economia — que autoriza a Prefeitura Municipal de Caicó (RN) a elevar em Cr\$ 78.586.099,00 (setenta e oito milhões, quinhentos e oitenta e seis mil e noventa e nove cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 193, de 1980 — Comissão de Economia — que autoriza a Prefeitura Municipal de Teresina (PI) a elevar em Cr\$ 725.868.000,00 (setecentos e vinte e cinco milhões, oitocentos e sessenta e oito mil cruzeiros) o montante de sua dívida consolidada. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 3, de 1981 — Comissão de Finanças — que autoriza o Governo do Estado do Paraná a realizar operação de empréstimo externo no valor de US\$ 80.000.000,00 (oitenta milhões de dólares norte-americanos) destinado a financiar o Projeto Prorrural naquele Estado. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Projeto de Resolução nº 15, de 1981 — Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução do Decreto nº 196, de 12 de novembro de 1975, do Município do Rio de Janeiro, que cria a tarifa básica de limpeza urbana e dispõe sobre a sua cobrança. Sessão: 8-4-81.

Projeto de Resolução nº 16, de 1981 — Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução do Decreto nº 7.702, de 20 de outubro de 1971, do Estado do Pará, que declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, os imóveis que menciona. Sessão: 8-4-81.

Projeto de Resolução nº 17, de 1981 — Comissão de Constituição e Justiça, que suspende a execução do inciso XIV do art. 32 do Código de Divisão e Organização Judiciária do Estado de Goiás, instituído pela Resolução nº 2, de 23 de dezembro de 1976, do Tribunal de Justiça daquele Estado. Sessão: 23-4-81 (extraordinária).

Projeto de Decreto Legislativo nº 16, de 1980 (nº 51/80, na Câmara dos Deputados), que aprova os textos do Acordo sobre a Implementação do art.

VII do Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio (Código de Valoração Aduaneira), do Protocolo Adicional ao referido Acordo, bem como da Lista de Concessões Tarifárias Brasileiras nas Negociações Comerciais Multilaterais, todos concluídos em Genebra, a 12 de abril de 1979. Sessão: 30-4-81 (extraordinária).

Projetos Aprovados e Encaminhados à Câmara dos Deputados

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 24, de 1980 (nº 2.591, de 1976, na Casa de origem), que modifica o art. 649 da Lei nº 5.869, de 11 de janeiro de 1973, acrescentando dispositivo que torna impenhorável o imóvel rural até um módulo. Sessão: 3-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 35, de 1980 — Senador Passos Pôrto, que estabelece normas de proteção à empresa privada nacional produtora de bens de capital e de serviços de Engenharia. Sessão: 3-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 5, de 1980 — Senador Nelson Carneiro, alterando a redação do art. 1º da Lei nº 5.527, de 8 de novembro de 1968, que restabelece, para as categorias profissionais que menciona, o direito à aposentadoria especial de que trata o art. 31 da Lei nº 3.807, de 26 de agosto de 1960, nas condições anteriores. Sessão: 6-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 29, de 1980 — Senador Gastão Müller, que obriga a identificação numérica de motores pelas fábricas produtoras de veículos automotores, e dá outras providências. Sessão: 6-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 276, de 1980 — Senador Adalberto Sena, que acrescenta parágrafo ao art. 383 do Código Civil. Sessão: 6-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 38, de 1980 — Senador Paulo Brossard, que acrescenta parágrafos ao art. 134 do Código Civil, instituído pela Lei nº 3.071, de 1º de janeiro de 1916. Sessão: 6-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 184, de 1980 — Senador Henrique de La Rocque, que altera a redação do art. 394 do Código de Processo Penal, e acrescenta parágrafo ao art. 34 do Código de Processo Penal Militar. Sessão: 6-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 207, de 1979 — Senador Jorge Kalume, que autoriza o Ministério da Educação e Cultura, através do Conselho Federal de Educação, a incluir, nos currículos dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus e superior, estudo sobre as vidas do Coronel José Plácido de Castro e do Marechal-do-Ar Eduardo Gomes. Sessão: 8-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 364, de 1979 — Senador Lomanto Júnior, que institui o Dia Nacional do Psicólogo. Sessão: 8-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 32, de 1980 — Senador Jutahy Magalhães, que dispõe sobre preferência a posseiros na alienação de terras da União. Sessão: 8-4-81.

Projeto de Lei do Senado nº 170, de 1980 — Senador Orestes Quêrcia, que altera a redação do art. 6º da Lei Orgânica dos Partidos Políticos, instituída pela Lei nº 5.682, de 21 de julho de 1971, e alterada pela Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979. Sessão: 8-4-81.

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 17, de 1980 (nº 250/79, na Casa de origem), que não permite dirigir motocicletas, motonetas e similares sem o uso de capacetes de segurança, introduzindo alteração no art. 88 do Código Nacional de Trânsito, Lei nº 5.108, de 21 de setembro de 1966. Sessão: 23-4-81 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 161, de 1980 — Senador Lázaro Barboza, acrescentando parágrafo ao art. 1º da Lei nº 883, de 21 de outubro de 1949, que dispõe sobre o reconhecimento de filhos ilegítimos. Sessão: 23-4-81 (extraordinária).

Emenda do Senado ao Projeto de Lei da Câmara nº 18, de 1981 (nº 4.192/80, na Casa de origem) de iniciativa do Senhor Presidente da República, que destina a renda líquida de concursos de prognósticos esportivos à Cruz Vermelha Brasileira, e dá outras providências. Sessão: 23-4-81 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 8, de 1981 — que reajusta os valores de vencimentos e proventos dos servidores ativos e inativos do Senado Federal, e dá outras providências. Sessão: 29-4-81 (extraordinária).

Projeto de Lei do Senado nº 160, de 1979 — Senador Amaral Furlan, que dispõe sobre recebimento de pecúlio aposentado que retorna ao trabalho. Sessão: 30-4-81 (extraordinária).

Mensagens aprovadas relativas à escolha de autoridade

Mensagem nº 34, de 1981 (nº 54/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Sérgio Fernando Guarischi Bath, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à Federação da Malásia. Sessão: 1-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 38, de 1981 (nº 77/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Se-

nhor Marcel Dezon Costa Hasslocher, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular de Moçambique. Sessão: 1-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 19, de 1981 (nº 47/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Alberto Vasconcellos da Costa e Silva, Embaixador do Brasil junto à República da Nigéria, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República Popular do Benin. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 35, de 1981 (nº 68/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Celso Diniz, Embaixador do Brasil junto ao Reino da Arábia Saudita, para, cumulativamente, exercer a função de Embaixador do Brasil junto aos Estados de Bahrain e Qatar. Sessão: 2-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 36, de 1981 (nº 69/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Antônio Carlos de Seixas Telles para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Lima Torres. Sessão: 9-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 39, de 1981 (nº 79/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Antônio Corrêa do Lago, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto ao Estado da Cidade do Vaticano. Sessão: 9-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 30, de 1981 (nº 45/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor Vidal da Fontoura para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de

Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Gilberto Monteiro Pessoa. Sessão: 9-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 32, de 1981 (nº 52/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Doutor João Nogueira de Rezende para exercer o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Renault Leite. Sessão: 9-4-81 (extraordinária).

Mensagem nº 78, de 1981 (nº 123/81, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República submete à deliberação do Senado a escolha do Senhor Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, Ministro de Primeira Classe, da Carreira de Diplomata, para exercer a função de Embaixador do Brasil junto à República da Áustria. Sessão: 29-4-81 (extraordinária).

Projeto aprovado e encaminhado à Comissão de Redação

Projeto de Resolução nº 14, de 1981 (Comissão Diretora), que dá nova redação ao art. 484 do Regulamento Administrativo do Senado Federal (Resolução nº 58, de 1972), alterando a Resolução nº 57, de 1976. Sessão: 30-4-81 (extraordinária).

Requerimento de Urgência art. 371, "c", do Regimento Interno aprovado

Requerimento nº 25, de 1981, do Senador Humberto Lucena, para o Projeto de Lei do Senado nº 70/80, que dispõe sobre coligação partidária, e dá outras providências. Sessão: 1-4-81.

Projeto aprovado em apreciação preliminar

Projeto de Lei do Senado nº 115, de 1980 — Senador Pedro Simon, que estabelece prazo para lançamento de novos modelos e marcas de automóveis nacionais e veículos afins e dá outras providências. Sessão: 1-4-81.

MESA Presidente Jarbas Passarinho 1º-Vice-Presidente Passos Pôrto 2º-Vice-Presidente Gilvan Rocha 1º-Secretário Cunha Lima 2º-Secretário Jorge Kalume 3º-Secretário Itamar Franco 4º-Secretário Jutahy Magalhães Suplentes de Secretários Almir Pinto Lenoir Vargas Agenor Maria Gastão Müller	LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO PMDB Líder Marcos Freire Vice-Líderes Roberto Saturnino Mauro Benevides Humberto Lucena Pedro Simon Orestes Quêrcia Henrique Santillo Lázaro Barboza Evandro Carreira LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO POPULAR — PP Líder Evelásio Vieira	Vice-Líderes Affonso Camargo José Fragelli Gastão Müller Mendes Canale Saldanha Derzi LIDERANÇA DO BLOCO PARLAMENTAR DO PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL — PDS Líder Nilo Coelho Vice-Líderes Aderbal Jurema Aloysio Chaves Bernardino Viana Gabriel Hermes José Lins Lomanto Júnior Moacyr Dalla Murilo Badaró
--	---	--